

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**EDUCAÇÃO EM VALORES MORAIS:
EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES DA UNIS**

PRISCILA BINDA

VILA VELHA/ES

JUNHO/2018
UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**EDUCAÇÃO EM VALORES MORAIS:
EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES DA UNIS**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para a obtenção do grau de Mestra em Segurança Pública.

PRISCILA BINDA

VILA VELHA/ES
JUNHO / 2018

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

B612e	<p>Binda, Priscila. Educação em valores morais: experiências de professores da UNIS / Priscila Binda. – 2018. 67 f. : il.</p> <p>Orientadora: Luciana Souza Borges Herkenhoff. Coorientadora: Maria Regina Gomes. Dissertação (mestrado em Segurança Pública) - Universidade Vila Velha, 2018. Inclui bibliografias.</p> <p>1. Segurança Pública. 2. Adolescente. 3. Professores e alunos. I. Herkenhoff, Luciana Souza Borges. II. Gomes, Maria Regina. III. Universidade Vila Velha. IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 363.3</p>
-------	--

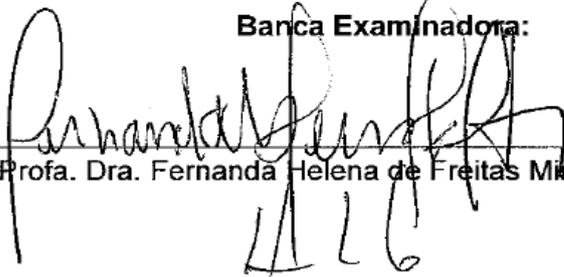
PRISCILA BINDA

**EDUCAÇÃO EM VALORES MORAIS:
EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES DA UNIS**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para obtenção do grau de Mestra em Segurança Pública.

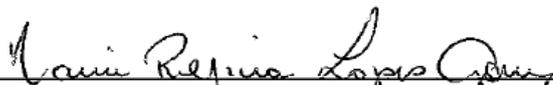
Aprovada em 28 de junho de 2018.

Banca Examinadora:

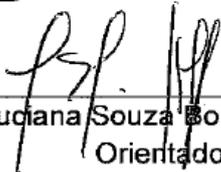


Prof. Dra. Fernanda Helena de Freitas Miranda – (UFES)

Prof. Dr. Humberto Ribeiro Júnior (UVV)



Prof. Dra. Maria Regina Lopes Gomes (UVV)



Prof. Dra. Luciana Souza Borges Herkenhoff (UVV)
Orientadora

SUMÁRIO

RESUMO	6
1. INTRODUÇÃO	8
2.JUSTIFICATIVA.....	12
3. ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	13
4. O PAPEL DA ESCOLA E DOS PROFESSORES NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS E A EDUCAÇÃO EM VALORES.....	20
5. METODOLOGIA	30
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS:	51
ANEXO I.....	59
ANEXO II.....	64
APÊNDICES EM CD DIGITALIZADO.....	67

APÊNDICE I - ENTREVISTAS

APÊNDICE II - CATEGORIZAÇÃO

RESUMO

BINDA, Priscila, Mestre, Universidade Vila Velha-ES, junho de 2018. **Educação em valores morais: experiências de professores da UNIS**. Orientadora: Luciana Souza Borges Herkenhoff. Coorientadora: Maria Regina Lopes Gomes.

O presente trabalho teve por objetivo compreender quais são e como foram aprendidos os valores morais de professores que trabalham em uma escola inserida no contexto da UNIS e investigar quais e de que forma esses valores são ensinados aos alunos em cumprimento de medidas socioeducativas. Para isso, esse estudo tomou como base o pressuposto de que a moralidade é desenvolvida e construída por meio dos processos de socialização dos indivíduos. Como instrumento de pesquisa foram feitas entrevistas individuais, por meio de um roteiro de questões semiestruturadas, utilizando, como base, o Método Clínico Piagetiano. A amostra compôs-se de 10 professores que trabalham numa escola inserida no contexto da UNIS de Cariacica/ES. Percebemos que, quando perguntados sobre o que entendem por valores, a maioria deu respostas semelhantes, porém, quando o questionamento foi sobre o que entendem acerca de educação moral, ou educação em valores morais, as respostas foram bem mais divergentes. Como resultado tivemos que, dentre esses 10 docentes, apenas 2 já participaram de alguma experiência de educação em valores morais e que tais experiências foram bem diferentes uma da outra. Após a finalização das entrevistas, constatamos que existe uma grande ligação entre os valores que tais professores aprenderam e os valores que transmitem aos internos, ou seja, no geral, eles ensinam aos adolescentes os mesmos valores que aprenderam. Desse modo, a maioria dos docentes aprendeu o valor do respeito durante o seu tempo escolar, e a grande parte deles prioriza o ensinamento deste valor aos adolescentes internos.

Palavras-chave: Adolescente infrator; Medida Socioeducativa; Escola; Educação em Valores; Professor.

ABSTRACT

BINDA, Priscila. University of Vila Velha - ES, junho de 2018. **Moral values education: UNIS' teacher's experiences..** Advisor: Luciana Souza Borges Herkenhoff; Maria Regina Lopes Gomes

The present paperwork's objective was to understand what are and how were learned the teacher's moral values who work in a school inserted into UNIS context and investigate which and how those values are taught to the students in compliance with socio-educational measures. As such, this study is based on the assumption that morality is developed and built by means of one's individual process of socialization. As research's instrument, individual interviews were made by a script of semi structured questions, using, as basis, on the Piagetian Clinical Method. The sample was composed of 10 teachers who work in a school inserted into UNIS context in Cariacica/ES. We realize that, when asked about what they understood by values, most gave similar answers, however, when questioned was about moral education, or education on moral values, answers were way more divergent. As a result, we had that, between 10 faculties, only 2 participated in some experience in education on moral values and such experiences were quite different from one another. After ending the interviews, we verified that there is a big connection between the values that said teachers learned and the values in which they teach to the inmates. In other words, they teach the students based on what they previously learned themselves. That said, most of the teachers learned the value of respect during their time in school and the majority of them prioritize the teaching of this value to the inmates.

Key words: Juvenile offender; Socio-educational measures; School; Values education; Teacher.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, foi a partir do começo do século XX que o envolvimento de adolescentes com a criminalidade, nos meios urbanos, tornou-se um problema social. Foi, durante essa época, que a prática de crimes e contravenções, pelos jovens, começou a chamar mais a atenção da sociedade (De PAULA, 2015). É justamente devido ao crescente número de adolescentes envolvidos no cometimento de atos ilegais, como é possível observar por meio de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - (2015), que afirma que os atos infracionais considerados mais graves, como homicídio, latrocínio, lesão corporal e estupro passaram de 11,7% do total dos delitos praticados pelos adolescentes infratores, no ano de 2011, para 13,5% do total, em 2012, que o clamor da sociedade, pedindo ao Estado uma solução, cresce a cada dia.

Porém, além de autores, muitos adolescentes também são vítimas de crimes violentos. Segundo o Mapa da Violência (2016), os jovens aparecem como sendo as principais vítimas de homicídios causados por armas de fogo. Na faixa etária entre 15 a 29 anos de idade, o crescimento da letalidade violenta foi bem maior do que no restante da população, pois, no conjunto da população, o número de homicídios por arma de fogo (HAF) passou de 6.104, em 1980, para 42.291, em 2014 – sendo um aumento de 592,8%. Entretanto, na faixa juvenil este crescimento foi bem mais expressivo, pois subiu de 3.159, em 1980, para 25.255, em 2014 – sendo um aumento de 699,5%. Outro fato alarmante é que, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, os jovens entre 15 e 29 anos de idade correspondiam, no período averiguado a, aproximadamente, 26% da população total do Brasil, porém a participação dos jovens no total de HAF mais do que duplicou seu peso demográfico: 58%.

Continuando com a análise dessa pesquisa, constata-se que há grande concentração de mortalidade nas idades jovens, com ápice nos 20 anos, idade em que os homicídios por arma de fogo alcançam a marca de 67,4 mortes a cada grupo de 100 mil jovens. Porém, a ascensão da violência se inicia aos 13 anos de idade, quando as taxas passam de 1,1 HAF, aos 12 anos, para 4,0, aos 13 anos, quadruplicando a incidência da mortandade e aumentando, de forma constante, até os 20 anos.

Tomando por base os dados obtidos por meio do Atlas da Violência (2018), no Brasil, em 2016, 33.590 jovens foram assassinados, sendo que 94,6% desse total eram do sexo masculino. Tal número demonstra um aumento de 7,4% quando comparado ao ano de 2015. Considerando a década 2006 a 2016, o país sofreu um crescimento de 23,3% nesses casos, com destaque para a variação anual verificada, de 9,6% em 2012 e de 7,4% em 2016.

Assim, não coincidentemente, as mesmas características que representam o parâmetro de "elemento suspeito" para os policiais constituem a maior parte da população internada devido ao cumprimento de alguma medida socioeducativa, além de serem as pessoas com maiores chances de serem vítimas de homicídios

(ALMEIDA, 2008). Nas palavras de Almeida (2008, p. 11588) “temos aqui o indício da existência de um grupo social tido como personagem privilegiado da violência urbana, objeto do medo difuso e principal alvo das medidas repressivas: os adolescentes pobres”.

O Estado, como forma de dar uma resposta à sociedade, em vez de melhorar as condições de vida desses jovens - principalmente os menos favorecidos -, promovendo políticas públicas voltadas para essa parcela da população, lança mão do instrumento repressivo e punitivo, no caso a lei, como se esse fosse o melhor ou único meio de solucionar tal problema. Porém, os motivos da reincidência são difíceis de serem identificados e delimitados, já que estão cercados de vários fatores em interação. Tal fato se agrava devido a poucos estudos e fragilidade de dados sobre a reincidência juvenil, causada pelas falhas no acompanhamento dos adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas (PADOVANI; RISTUM, 2013).

Segundo dados do IPEA (2015), a proporção das observações acerca da reincidência é distinta entre os estados, o que impossibilita que sejam feitas comparações entre eles; porém, entre os 817 processos válidos para a análise da taxa de reincidência da pesquisa, constataram-se 199 casos de reincidências criminais, sendo de 18 a 24 anos a idade principal dos apenados no momento da prática do ato (42,1% do total de casos) - 44,6% entre os não reincidentes e 34,7% entre os reincidentes. Quando a

comparação com outras faixas de idades é realizada, tem-se que a proporção de reincidentes com menos de 25 anos equivale a um terço do total.

Assim, como será observado no decorrer dessa dissertação, somente a aplicação de medidas punitivas não parece ser o melhor meio de evitar que o adolescente volte para a criminalidade; dessa forma, é necessário tentarmos outras maneiras, como, por exemplo, o ensino dos valores morais.

Desse modo, por intermédio desse estudo, pretende-se compreender quais são e como foram aprendidos os valores morais ensinados pelos professores que trabalham em uma escola inserida no contexto da UNIS de Cariacica/ES, além de observar como esses valores são passados aos alunos que se encontram cumprindo medida socioeducativa de internação.

1.1 PROBLEMA

O que os professores que trabalham em uma escola inserida no contexto da UNIS aprenderam, na escola, em termos de valores morais, e o que ensinam?

1.2 OBJETIVOS

I. OBJETIVO GERAL

Compreender quais são e como foram aprendidos os valores morais de professores que trabalham em uma escola inserida no contexto da UNIS, e investigar quais e de que forma esses valores são ensinados aos alunos em cumprimento de medidas socioeducativas.

II. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar qual a ideia que os docentes possuem acerca de valores e moral;
- Compreender quais são os valores morais que foram aprendidos pelos docentes durante suas vidas, na escola;
- Compreender quais são os valores morais ensinados por esses professores aos adolescentes internos;
- Investigar de que forma os docentes aprenderam esses valores, e como os ensinam aos adolescentes internos;
- Investigar se, na opinião dos professores, o ensinamento de valores é importante, e o porquê.

2. JUSTIFICATIVA

A ligação deste tema com a segurança pública decorre do fato de que é um assunto bastante importante, tanto social, quanto cientificamente. Assim, tal pesquisa é socialmente relevante, pois, como visto nos dados acima, o número de casos de adolescentes envolvidos no mundo do crime vem crescendo e assustando, cada vez mais, a população e o governo. Dessa forma, a escolha deste tema se deu, principalmente, como uma tentativa de descobrir se o efeito causado pela educação em valores nesses adolescentes é capaz de diminuir os casos de reincidência juvenil e, assim, tornar-se o primeiro passo para que a transformação dessa realidade seja possível.

Já a relevância científica decorre do fato de haver pouquíssimos estudos que realmente avaliam o poder da educação em valores quando ensinadas a indivíduos que já se encontram cumprindo medidas socioeducativas. Assim sendo, o estudo realizado é de grande importância, pois por meio dele é possível formular opiniões de cunho científico e ajudar na elaboração de novas políticas públicas direcionadas para melhoria da educação e ressocialização desses jovens.

3. ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Segundo o historiador Ariès (1973), as fases da adolescência não existiam na época da Idade Média. Classificar a adolescência como uma etapa que se encontra entre a infância e a vida adulta é um fenômeno que começou a ser feito durante a consolidação da sociedade moderna, nos fins do século XVIII, no mundo europeu ocidental. A partir daí, a adolescência passou a ser discutida por diversos profissionais diferentes, como médicos, psicólogos e sociólogos, dentre outras especialidades (ADORNO; BORDINI; LIMA, 1999).

Continuando com o pensamento desses autores, temos que é dentro deste cenário que a adolescência passa a ser fonte de grandes preocupações da sociedade. Por conta disso, muitas vezes o adolescente é colocado como centro de uma atenção especializada, como, por exemplo, as leis trabalhistas diferenciadas, o que faz com que ele passe a acumular cada vez mais responsabilidades e ser cada vez mais independente. Paralelamente, o jovem também passa a ser visto como um indivíduo que precisa ser respeitado nos mais diversos aspectos de sua vida. Porém, se por um lado essa independência é algo positivo, por outro ela é vista como fonte de riscos, como o envolvimento deste jovem com o mundo da criminalidade.

O comportamento delitivo por parte de adolescentes não é um fato novo (CUNHA; DAZZANI, 2016). Nesse caso específico, a conexão entre criminalidade e pobreza aparenta ser bastante considerável. É possível afirmar que, pelo menos na realidade brasileira, essa vinculação se porta como padrão, tanto nas análises, como na produção de políticas públicas. Tidos como seres em formação, seriam, por isso, mais vulneráveis aos efeitos do meio social em que estão inseridos (ALMEIDA, 2008). Por esse motivo, desde o final do século XIX os governantes de várias nações buscam formas de diminuir esse problema, elaborando políticas de proteção, assistência e educação (CUNHA; DAZZANI, 2016).

Analisando as várias posições acerca do nascimento do ato infracional, Assis (1999) afirmou que pesquisas demonstram o ato infracional ou como subproduto do meio, associado a fatores sociais; ou relacionado às instituições a que o jovem está envolvido, como a escola ou a família; ou considerando os elementos internos da pessoa, sejam biológicos ou de sua personalidade. Entretanto, não se pode esquecer que o vínculo entre o sujeito e o meio é uma estrada de dois caminhos, dessa forma, a prática de atos infracionais precisa ser pensada considerando esses três aspectos.

Assim, a partir dessa opinião, tem-se o ato infracional como resultado de razões complexas, que atravessam tanto a fase de crescimento do jovem, como as situações e ambientes em que eles encontram-se insertos.

Para Wagner (1998 apud IKUMA; KODATO, 2007), os adolescentes infratores estabelecem suas representações sociais, sobre atos infracionais, exonerando-se de sua culpa e estimulando um contentamento sádico, geralmente relacionado a uma atitude de vitimização, visto que se consideram consequências do que a sociedade lhes ofertou.

A carência de estrutura familiar, de um projeto de vida e de políticas públicas, conjugadas ao enaltecimento do ter, ao invés do ser, e do aumento do consumo de entorpecentes, são apenas algumas causas apontadas por especialistas como incentivadores para o envolvimento do jovem com o mundo da criminalidade (PEREIRA, 2011). Para entendermos o que realmente leva o adolescente à ilegalidade é necessário conhecermos esse indivíduo e a sua realidade, pois são diversos os motivos que colaboram para que o jovem entre para esse mundo: qual é a sua relação com a família, com a comunidade e com a escola? O que o Estado tem ofertado em termos de políticas públicas? (SANTOS et al, 2015).

De acordo com os dados do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – ILANUD - (2013), quase metade (49%) dos jovens infratores é proveniente de lares de pais separados, sendo este o principal motivo de o adolescente não residir com o pai. Já entre as razões que os levam a não morar com a mãe, tem-se que, em 24% dos casos, é em razão de falecimento, enquanto 21% é devido a separação.

Outros dados interessantes desse mesmo estudo referem-se à quantidade de adolescentes infratores que foram abandonados pela mãe, ainda quando crianças, e àqueles que nunca conheceram o pai: 7% e 8% do número total, respectivamente. Tais números vão de encontro com o que culturalmente se afirma em relação a desestrutura familiar. Segundo tal pesquisa, o abandono não alcançaria nem 10% dos dados, sendo assim, a separação dos pais seria muito mais prejudicial à educação destes jovens, sendo um facilitador para a sua entrada na vida do crime

Segundo os dados levantados pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2018) – SINASE -, com base no ano de 2016, o perfil do adolescente infrator é: 96% são homens; 57% têm entre 16 e 17 anos e 59,08% são negros ou pardos. E, ainda de acordo com tal levantamento, em 2016 foram praticados 27.799 atos infracionais, para 26.450 adolescentes em atendimento socioeducativo em todo o país, em que: 12.960 (47%) foram casos de roubo (acrescido de 1% de tentativa de roubo), 22% (6.254) foram casos de tráfico de drogas e 10% (2.730) foram casos de homicídio - acrescido de 3% de tentativa de homicídio. Do total desses atos infracionais, apenas 3,38% (942 casos) foram cometidos por jovens do sexo feminino.

De forma geral, tanto a prática de atos infracionais como a reincidência e a violência encontradas nesses atos têm sido debatidos pela sociedade e pelos meios de comunicação, ambos envolvidos em preconceitos que não somente deformam a realidade, como também “alimentam a indiferença, a estigmatização e o estreitamento das análises acerca do tema” (TEJADAS, 2005, p. 1).

Um dos precursores da educação voltada para adolescentes infratores foi Anton Makarenko (1986, apud ZANELLA, 2011, p. 127), que já no começo do século passado dizia estar “[...] completamente convencido de que a verdadeira reeducação, a reeducação total, a que exclua reincidências, só é possível através da escola do ensino secundário”. Esse pensamento foi um dos que influenciaram as leis brasileiras a prescreverem medidas diferenciadas aos menores de 18 anos autores de infrações penais.

A primeira dessas leis, o Código de Menores (BRASIL, 1927), dizia, em seu artigo 102, que a autoridade competente poderia autorizar o trabalho, desde que esses menores recebessem instrução escolar, como se pode observar a seguir:

Art. 102. Igualmente não se póde ocupar a maiores dessa idade que contem menos de 14 annos. e que não tenham completando sua instrucção primaria. Todavia. a autoridade competente poderá autorizar o trabalho destes, quando o considere indispensavel para a subsistencia dos mesmos ou de seus paes ou irmãos, comtando que recebam a instrucção escolar, que lhes seja possível (Brasil, Decreto 17.943-A¹, de 12 de outubro de 1927. Código de Menores).

¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>

² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4513.htm> ³ Atual legislação responsável por cuidar de crianças e adolescentes.

Na era Vargas, como parte do projeto de reformulação do papel estatal, algumas mudanças referentes à questão da adolescência foram realizadas. Com isso, o Brasil, no decorrer dos anos, buscou criar políticas voltadas a dar uma maior evidência à questão do “menor” – como os adolescentes eram chamados no antigo Código de Menores (BRASIL, 1927) – e, dessa forma, por meio da Lei nº 4.513², de 1º de dezembro de 1964, foi criada, durante a época da ditadura militar, a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) (LIMA, 2013). O autor explica que essa Fundação tinha como objetivo elaborar e implementar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM – em todo o país. Nessa mesma época também foram criadas as FEBEMs (Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor), que ficaram sendo responsáveis por executar, de forma direta, a PNBEM.

Porém, no ano de 1979, o então Código de Menores de 1927 foi reformulado e, apesar de ainda tratar o adolescente como “menor”, trouxe, em seu artigo 9º, §2º, que sua escolarização e profissionalização seriam obrigatórias. Tal obrigação foi ratificada no ano de 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente³ (BRASIL, 1990), também conhecido como ECRID, em seu artigo 120, §1º. (LIMA, 2013).

O fato de existir uma legislação diferenciada voltada aos adolescentes não é sinônimo de ausência de punição. Ao analisar o atual Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940), em seu artigo 27, que diz que “os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial”², compreende-se que é possível que uma pessoa com menos de 18 anos possua responsabilidade penal, mesmo não tendo atingido a idade necessária para responder perante o Código Penal. Sendo assim, existem, no Brasil, dois sistemas diferentes: um sistema para os maiores de 18 anos – que se encontra no Código Penal -, e outro sistema voltado para as crianças e os adolescentes, - o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em outras palavras, tem-se que quando uma infração é cometida por um adulto, ele responderá perante o Código Penal. Porém, quando uma infração é cometida por um menor de 18 anos, esse indivíduo, como já dito acima, responderá perante uma legislação especial. Essa lei voltada para os adolescentes, além de diferenciar, em

² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>

seu artigo 2º, a criança do adolescente, dizendo: “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa de até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade” (BRASIL, 1990³), também comina quais medidas devem ser tomadas caso essa criança ou adolescente cometa algum ato infracional.

Segundo o artigo 103, ainda do Estatuto da Criança e do Adolescente, “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal⁴”. Nesse sentido, verificada a prática de um ato infracional pelo adolescente, a autoridade competente poderá aplicar algumas das medidas socioeducativas previstas no artigo 112, que são:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semi-liberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (Brasil, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente).

O objetivo da medida de advertência é alertar tanto o adolescente, como seus pais ou responsáveis, para os perigos de se envolver com a prática de algum ato infracional, e poderá ser aplicada sempre que existir prova da materialidade da infração e indícios suficientes de autoria.

A medida de obrigação de reparação do dano objetiva, como ponto central, promover o ressarcimento do dano ou, de outra maneira, compensar o prejuízo que a vítima obteve. Para se evitar que os genitores ou responsáveis pelos adolescentes sejam os verdadeiros reparadores, e para que não se afaste o caráter educativo da medida, ela poderá ser substituída por outra mais adequada, a fim de que o propósito seja mantido e que o próprio adolescente repare o dano que tenha causado.

No caso da medida de prestação de serviços à comunidade, o seu objetivo se concentra em proporcionar, ao adolescente, a chance de realizar algum trabalho

³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>

⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>

gratuito e de interesse geral, como, por exemplo, em entidades assistenciais, hospitais ou escolas. Tal medida não pode ser aplicada por período superior a seis meses.

A medida socioeducativa de liberdade assistida tem, como função, auxiliar, orientar e acompanhar o adolescente, mantendo-o em seu seio familiar e comunitário, sob a supervisão da autoridade judicial, tentando evitar, assim, a reincidência. Ela possui o prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada, renovada ou substituída por outra medida.

Já a semiliberdade é uma medida em que há privação da liberdade, mas que procura manter os vínculos familiares e sociais do adolescente, possibilitando a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. É possível que ela seja aplicada como medida inicial ou como forma de transição de uma medida mais grave para uma menos grave; caso seja decretada como medida inicial, tal decisão deverá ser fundamentada. Pode ser estabelecida por tempo indeterminado, porém não pode ter duração superior a 3 anos ou até que o jovem complete 21 anos de idade – o que ocorrer primeiro.

A internação é medida privativa de liberdade, ou seja, priva o adolescente da sua liberdade de ir e vir, e está submetida aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Dentre todas as medidas previstas no ECRID, esta é a mais severa.

Já a medida de internação provisória é cautelar e também possui caráter privativo de liberdade, pois o jovem fica detido, entretanto tal privação não pode ultrapassar, em hipótese alguma, 45 dias. Ela é aplicada antes da sentença, nos casos em que existe materialidade do delito e indícios suficientes de autoria.

Ao analisarmos outros dispositivos legais, como alguns artigos da Constituição Federal, temos que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Analisando agora o Estatuto da Criança e do Adolescente, percebemos que, em seu artigo 53, inciso I, tem-se:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

E o artigo 86 do mesmo estatuto define que “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

Assim, no momento de se atender um adolescente que cometeu algum ato infracional é preciso considerar não somente as sanções punitivas, de natureza repressiva, mas, antes de qualquer coisa, seus aspectos educativos, para, com isso, assegurar que seus direitos sejam integralmente protegidos, por meio de uma soma de ações capazes de introduzi-lo, novamente, na sociedade (PADOVANI; RISTUM, 2013).

Como se pode observar, o Brasil, através dos anos, passou uma série de mudanças no que se refere à assistência ao adolescente autor de ato infracional. As medidas propostas no Estatuto da Criança e do Adolescente trazem, como algo essencial, o objetivo que as medidas socioeducativas devem perseguir: o de desenvolver um papel pedagógico, uma orientação para esses adolescentes, de forma

a contribuir para a não reincidência juvenil (LIMA, 2013). Além das medidas socioeducativas, a escola também é vista, por grande parte da população (SANTOS, 2005), como uma ferramenta bastante sólida e poderosa de combate à criminalidade e à reincidência juvenil, tema este que será debatido a seguir.

4. O PAPEL DA ESCOLA E DOS PROFESSORES NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS E A EDUCAÇÃO EM VALORES

Piaget (1920/1996) defende que a moralidade é desenvolvida e construída por meio dos processos de socialização dos indivíduos; ou seja, para ele, as pessoas tornam-se morais devido a um processo de construção, isto é, a habilidade para avaliar se algo é bom ou ruim, correto ou errado, desenvolve-se no decorrer do processo de socialização (ALENCAR et al, 2014). Tomando por base o pressuposto defendido por este autor, acredita-se que nenhuma realidade moral é totalmente inata, pois, de acordo com ele, para se educar moralmente é necessário propiciar à criança ocasiões em que seja possível vivenciar a colaboração, o respeito e a solidariedade, proporcionando, assim, a construção de sua moralidade (MEHANNA, 2005).

De acordo, também, com Kohlberg (1992), a moral é algo que se constrói em contextos de convívio social. Desse modo, a definição de educação em valores morais aqui trabalhada vai contra as sugestões de educação moral de tendência moralista. Esta tendência, conforme debatida nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – (Secretaria de Educação Fundamental, 2000), possui um foco normatizador, correspondendo, então, a um tipo de doutrinação (COUTO, 2016).

Dessa forma, esse capítulo pretende responder alguns questionamentos, como: o que são valores? Como esses valores são construídos? Qual é o objetivo da educação em valores?

Para começar, qual é a definição do conceito “valor”? Primeiramente, é preciso ressaltar que não existe apenas um, mas vários conceitos de valor. No mundo contemporâneo quem resgatou a ideia subjetiva de valor foi Thomas Hobbes, ao dizer que o valor não é algo absoluto, pois é estimado por meio de um „juízo de valor“. Já

para Kant, o valor é eterno, único e universal, sendo assim, ele não possui realidade ou ser, mas é o dever ser (GOERGEN, 2005).

Quando Piaget trata dos valores, ele se refere a uma troca emocional que a pessoa faz com outros indivíduos, objetos ou o exterior. Nesse sentido, para ele, valor pode ser explicado como sendo aquilo que estimamos e, por isso, faz parte da dimensão afetiva integrante do psiquismo humano. Para Araújo, é possível “assumir o pressuposto epistemológico interacionista e construtivista trazido por Piaget de que os valores são construídos nas interações cotidianas (ARAÚJO; PUIG, 2007, p. 20). Apesar de haver diferentes contextos, o foco dessa dissertação se encontra nos valores morais aprendidos, pelos docentes, em sua época escolar, ou seja, o que aprenderam, de valores, na escola.

Assim, é importante ressaltar que existem diferentes tipos de valores, como valores morais e valores éticos. Apesar de muitas pessoas considerarem moral e ética como sinônimos, empregando ambas as palavras para se referirem a um conjunto de regras de comportamento consideradas como fundamentais, há algumas diferenças fundamentais entre elas.

Conforme Tugendhat (1996), a moral é entendida como um conjunto de regras, princípios e obrigações que estabelecem o que é correto ou errado, bom ou ruim, em uma cultura, e precisam ser observados de forma obrigatória. Por outro lado, a ética é entendida como concepções e projetos que dão significado à vivência humana. Dessa forma, o plano da moralidade liga-se às possibilidades de resposta à pergunta “como devo agir?”, já o pensamento ético volta-se a outro questionamento, que é “que vida eu quero viver?” (La Taille, 2006, p. 29). Esses dois planos se complementam, sendo unidos pelo sentimento do autorrespeito (La Taille, 2006).

Ainda para La Taille (2006, p. 26), professor no Instituto de Psicologia da USP:

A convenção mais adotada para diferenciar o sentido de moral do de ética é reservar o primeiro conceito para o fenômeno social, e o segundo para a reflexão filosófica ou científica sobre ele. O fenômeno a que estou me referindo é o fato de todas as comunidades humanas serem regidas por um conjunto de regras de conduta, por proibições de vários tipos cuja transgressão acarreta sanções socialmente organizadas. Vale dizer que toda organização social humana tem uma moral. Mas, evidentemente, como todo fenômeno social, a moral suscita indagações. Como ela trata de normas de conduta, uma primeira indagação incide sobre suas origens, seus fundamentos, sua legitimidade: tem sido o trabalho da filosofia analisar essas questões.

No entanto, a moral também pode ser objeto de um estudo científico: pode-se procurar traçar a história dos diversos sistemas morais (trabalho da história), pode-se procurar compreender as condições sociais que os tornam possíveis ou até necessários, (trabalho da sociologia), pode-se procurar desvendar os processos mentais que fazem com que os homens os legitimem (trabalho da psicologia), e assim por diante. A esse trabalho de reflexão filosófica e científica costuma se dar o nome de ética.

Mas, como esses valores são construídos? Para Araújo e Puig (2007), um grande questionamento que rodeia esse tema é de que maneira cada pessoa se apodera de alguns valores e não de outros. Compreender como ocorrem esses fenômenos constitutivos da natureza humana é um objetivo da psicologia, que pode influir na construção de métodos educativos mais apropriados à realidade psicológica dos seres humanos e aos propósitos da sociedade.

Na visão de Piaget (1994a, 1996), o desenvolvimento moral e, conseqüentemente, a construção dos valores, passa por três fases: a anomia, a heteronomia (ou moral da coação) e a autonomia (ou moral da cooperação). A primeira fase – anomia - consiste na ausência de regras. Na segunda fase – heterônoma – o indivíduo cria uma relação desigual com as figuras de autoridade, o que causa uma obediência fundamentada no respeito unilateral. Já na terceira fase – autônoma -, algumas questões relevantes são desenvolvidas: o esforço para criar relações simétricas, o respeito recíproco, a cooperação, bem como as noções de equidade e igualdade. No processo de transformação da moral heterônoma para a autônoma, o que irá estabelecer a diferença entre uma e outra será o tipo de respeito que a pessoa terá para com as outras, pois deixará de ser um respeito unilateral, e passará a ser um respeito mútuo (BORGES, 2004).

Em outras palavras, na moral autônoma o adolescente é quem opta pelas normas que irá respeitar, pois fez parte de sua construção e verificou os benefícios que aquela norma pode ter para o grupo de pessoas que ele faz parte. Já na moral heterônoma uma criança obedece às normas fixadas pelas pessoas que a cercam por ter medo de ser castigada ou não ter atenção ou carinho, e é justamente esse tipo de moral que, para Piaget, as educações doutrinárias fortaleceriam. Assim, para ele, no ensino dos valores morais os meios utilizados são tão fundamentais quanto seus fins; desse modo, se pretendemos educar para a autonomia não devemos utilizar a coação

(MENIN, 2002). Entretanto, o ensino de valores por meio da imposição já ocorreu no Brasil.

Durante a ditadura militar tivemos um exemplo de educação moral ensinada, nas escolas brasileiras, de forma doutrinária. As matérias “Estudos dos Problemas Brasileiros” ou “Educação Moral e Cívica” eram consideradas disciplinas específicas e, por meio delas, os docentes tinham o dever de passar determinados valores tidos como fundamentais. Tais disciplinas foram estruturadas por intermédio do decreto-lei de 1969 e tinham como objetivo manter a “desordem social” sob controle (MENIN, 2002), como é possível ver em alguns exemplos de trechos desse decreto:

A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade: a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; a preservação, o fortalecimento de valores e a projeção de valores espirituais e éticos da nacionalidade; o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;... o culto à obediência à lei, da fidelidade ao trabalho, e da integração na comunidade (...) (LEPRE, 2001, p. 7172).

Esse decreto, além de determinar a obrigatoriedade de que todas as escolas brasileiras possuíssem professores dessas disciplinas, também criou a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMV), que tinha como responsabilidades básicas: averiguar a introdução e continuidade da doutrina de Educação Moral e Cívica no ambiente escolar e ajudar na preparação do currículo para essa disciplina, entre outras (MENIN, 2002).

O tema “moral e educação” é discutido desde a origem da nossa cultura e tais pensamentos costumam alcançar sempre um mesmo resultado: um modelo ideal de professor que possui, além de sua capacidade profissional, um comportamento moral irrepreensível (GOERGEN, 2005). A educação moral, segundo Alencar e Muller (2012, p. 456), é vista como “o processo pelo qual os valores deixam de ser leis impostas por agentes externos e convertem-se em diretrizes internas, legitimadas pela própria pessoa”.

Devido ao fato de que grande parte da vida de muitos adolescentes é vivida dentro do ambiente escolar, a influência desse meio é evidente; sendo assim, a escola se

torna um local bastante propício para que haja o ensino do respeito, da moralidade e da discussão das diferenças (BARBOSA, 2004). Dessa forma, a missão da escola de hoje deveria possuir dois focos centrais e inseparáveis: a instrução e a educação, tanto ética como moral, ambas ensinadas de maneira não impositiva. O fundamento da instrução diz respeito à transmissão de ensinamentos das matérias escolares básicas, como português e matemática; já o segundo ponto diz respeito à educação ética do ser humano e, na opinião de Araújo (2003), à procura pelo desenvolvimento de circunstâncias que proporcionem aos jovens e crianças condições físicas, psíquicas, intelectuais e culturais indispensáveis para uma vida boa e sadia, e para serem capazes de realizar e participar, de forma efetiva, tanto da vida política como da vida pública da sociedade, de maneira crítica e independente.

Para Calsa e Pátaro (2012), a definição de formação ética dada por Araújo se refere a uma absorção de conhecimentos que pode se dar o nome de educação em valores. Para eles:

[...] essa formação ética vai além do eixo da instrução, mas se relaciona a ela, visto que as condições físicas, psíquicas, cognitivas e culturais necessárias para se participar da vida pública não podem prescindir do aprendizado da leitura e da escrita, por exemplo. De acordo com Araújo, geralmente as escolas se propõem a realizar os dois objetivos citados anteriormente, mas acabam se preocupando apenas com a instrução, deixando de lado a formação ética. Quando isso ocorre, não é raro que os dois eixos sejam vistos de forma desconexa e os conteúdos curriculares sejam apresentados aos alunos e às alunas como se fossem um fim em si mesmos, ou como os únicos objetivos da educação (2012, p. 2).

Segundo Piaget, como o desenvolvimento da moralidade ocorre junto com o desenvolvimento social e envolve, de forma direta, a forma como se constrói as estruturas cognitivas, que são resultados do convívio entre o sujeito e o ambiente em que ele participa, é de grande relevância que haja a definição do tipo de educação moral em que a ação pedagógica irá se basear (OLIVEIRA, 1994). Sobre esse assunto, La Taille diz que o ambiente escolar, impreterivelmente, trabalha com valores. De acordo com ele: “alunos têm valores, professores têm valores, a instituição escola pressupõe valores, etc. A reflexão não deve, portanto, se dar sobre o fato de a escola trabalhar, ou não, valores, mas sim sobre „quais“ e como trabalhá-los” (La TAILLE, 2013, p. 8). Logo, a escola deveria ter condições para desenvolver experiências nas quais os alunos conseguissem se relacionar entre si, o que contribuiria de forma significativa para a estruturação tanto do conhecimento como do

entendimento das normas e dos valores coletivos necessários para a vida em sociedade (OLIVEIRA, 1994).

O espaço escolar tem, na opinião de Saviani (2008), o ofício de socializar os saberes dos sujeitos. Para isso, a tarefa pedagógica precisa criar maneiras para que o aluno se apodere desses saberes, o que torna a escola responsável pelo processo de humanização dos seres humanos. O docente possui, assim, papel essencial nesse processo (PADOVANI; RISTUM, 2013).

A escola não é uma entidade que se separa da realidade histórico-social; de forma oposta: ela é parte integrante dela, pois é neste ambiente que centenas de coisas acontecem. A educação é fruto de um projeto de médio e longo prazo e trabalha em função de objetivos particulares, mas que podem ser completamente conciliáveis com as metas e os propósitos da reabilitação penal (SILVA; MOREIRA, 2006). Para Silva (2015), o objetivo da educação realizada no interior de uma unidade de internação socioeducativa precisa ser única e exclusivamente o de auxiliar o adolescente a desenvolver habilidades e competências para estar em melhores condições de enfrentar as oportunidades que aparecerão quando estiverem novamente em sociedade.

Segundo Ikuma e Kodato (2007), a evasão escolar é coincidente com o princípio da prática do ato infracional, acompanhada do uso de drogas. Para esses autores, o ambiente escolar, além de não favorecer a permanência dos adolescentes em seu meio, visto que o que há nele não é envolvente para seus alunos, também não tem logrado êxito em contribuir, de forma efetiva, com o desenvolvimento cognitivo e psicossocial daqueles que o frequentam. O que é oferecido do lado de fora das paredes das escolas é mais chamativo, e os atraem pelas comodidades e conquistas.

Mas, se a educação em valores não deve ser feita de forma doutrinária, como deve ser feita, então, a inserção da moral nas escolas? De acordo com Cabanas (1996), o eixo central consiste em responder “o que nos obriga a sermos bons?”, ou seja, é por meio da ética que se busca parâmetros para que possamos definir o que é ser correto ou moralmente certo, além de nos proporcionar explicações para nosso senso de compromisso moral. Por meio desse questionamento é possível encontrar diferentes respostas, fundadas em várias posições, tanto ideológicas quanto

filosóficas; e é justamente quando respondemos a essa pergunta que encontramos valores morais (MENIN, 2002).

Conforme Puig (2007), é possível que a educação moral ocorra em três âmbitos dentro da escola: o interpessoal, que inclui os vínculos entre os docentes e seus alunos; o curricular, que possibilita o diálogo e a construção de opiniões sobre temas morais, e o institucional, que transforma o ambiente escolar em um espaço democrático em que os valores morais estão sempre presentes. Ainda para ele, “a educação em valores não é algo que se alcance simplesmente porque se acredita ou se deseja; é preciso encontrar meios para realizar de fato o que se imagina (PUIG, 2007, p. 104)”.

Assim, segundo Menin (2002), o ensino da educação em valores, nas escolas, pode ocorrer de forma contrária à doutrinária. Cada docente e seus alunos podem possuir posicionamentos distintos sobre o que é certo e o que é justo, ou seja, acerca do que tem valor. Nessa situação, a escola não possuiria um código de valores ou de moral evidente e declarado, e o acatamento de valores seria algo particular. Prevalece o entendimento de que tudo é relativo e que não existe uma posição necessariamente mais correta que a outra. Nessas escolas, os professores podem possuir valores completamente distintos e sua transmissão fica a cargo de cada um, de forma acidental e desorganizada, sem um sistema específico.

Ainda na opinião da autora:

Onde e como se daria, então, essa formação prática de professores para a moralidade? Dar-se-ia em todos os espaços escolares em que as relações humanas e seus conflitos pudessem aparecer e onde se pudesse refletir sobre as melhores soluções para todos. Como os PCNs⁵ agora buscam dispor, a ética torna-se um tema transversal a ser pensado por todos os professores e nos mais variados espaços da escola; do currículo às relações pessoais dentro da escola e às salas de aula. E a formação, seja de professores ou de alunos, tem que acontecer nas próprias práticas e vivências dentro da escola e nunca como matéria à parte (MENIN, 2002. p. 97).

Dessa maneira, quais são os objetivos da educação em valores morais? Segundo Piaget (1930/1996), ela consiste em conceber pessoas autossuficientes, capazes de colaborar com os outros. Já para Goergen (2007), a educação moral deve

⁵ Parâmetros Curriculares Nacionais

ajudar as pessoas a serem críticas e reflexivas; para ele, o objetivo central da educação moral é recompor o vínculo entre a sociedade e o indivíduo.

Há também autores que discutem acerca desse tema, como Nucci (2000), que acredita que esse tipo de educação deveria ter, como foco, os pontos de vista e preocupações dos alunos acerca do que é a justiça e o bem-estar das outras pessoas. E como García e Puig (2010), que defendem que a finalidade primordial dessa forma de educar é ajudar os alunos a viver e, para isso, é necessário que a educação leve em conta os principais contornos da experiência humana e os ensinamentos éticos que eles supõem: aprender a ser, aprender a se relacionar e aprender a ajudar. Desse modo, para Puig, a educação moral precisa considerar as desigualdades e os valores culturais de todos os agrupamentos sociais. Ainda de acordo com ele, a educação moral como desenvolvimento conclui que o domínio gradativo de maneiras de reflexão moral é um valor cobijado em si mesmo e, também, sua finalidade essencial (MEHANNA, 2005). Por fim, na opinião de La Taille (2009), os responsáveis por ensinar valores aos adolescentes e jovens devem dedicar-se para que esses indivíduos adentrem em uma cultura do respeito. Desse modo, ele sugere que a educação moral promova o enaltecimento da verdade e da boa-fé.

Tais observações nos remetem à questão de como esses professores são preparados para lidar com o ensino da educação em valores no ambiente da escola. García e Puig (2010) entendem que a preparação para ensinar valores expõe um antagonismo: por um lado, todo docente, pelo simples fato de ser pessoa e cidadão, possui capacidade para transmitir valores. Por outro lado, existe um consenso sobre a necessidade de se fazer uma preparação específica para esse objetivo e, “provavelmente ambas as posições têm razão: todo mundo pode educar em valores e, de fato, todos estão educando, mas também é fundamental preparar-se e prever certas intervenções conjuntamente” (GARCIA e PUIG, 2010, p. 10).

De acordo com Perrenould et al (2002), ocasionalmente podemos ter pessoas formadas em química, informática ou ciências contábeis, abstraindo os propósitos das empresas que os empregarão. É possível dizer, de uma forma um pouco sarcástica, que um bom químico continuará sendo um bom químico tanto produzindo remédios como produzindo drogas; que um bom técnico em informática poderá ser eficaz tanto

para a justiça quanto para a máfia, e que um bom contador vai saber tanto aumentar o lucro de uma empresa como lavar dinheiro.

Assim sendo, se pararmos para pensar em cada pessoa como um ser inserido em situações de vida diversas, não será possível desconsiderar que suas capacidades de aprender se relacionam com esses contextos. A história que cada aluno carrega não é separada dos contextos políticos, econômicos e sociais existentes (FERRAÇO, 2008).

De alguma forma o cumprimento da medida socioeducativa ajuda o adolescente a retornar para a escolarização; desse modo, a socioeducação, se munida de um modelo pedagógico capaz, poderá restituir, a estes jovens, a chance perdida ou adiada (ANJOS; REZENDE, 2016). O professor que trabalha inserido em uma Unidade de Internação Socioeducativa precisa compreender bem seu papel na hora de atender algum adolescente. A escolarização, nesse cenário, não pode ser separada do processo socioeducativo e, dessa forma, é necessário que esse docente possua um perfil que atenda às especificidades desse ambiente (DIRETRIZES PEDAGÓGICAS – ESCOLARIZAÇÃO NA SOCIOEDUCAÇÃO, 2014).

A socioeducação baseia-se na estruturação de novos sentidos e possibilidades para a vida e, nesse caminho, os adolescentes precisam ser agentes das mudanças que lhes são apresentadas. O educador que trabalha nesse cenário deve ser alguém que facilite e ofereça sustentação ao adolescente infrator, enquanto este identifica novas oportunidades para seu futuro. Nesse processo, o docente é o principal responsável por propiciar, aos adolescentes, o caminho para os conhecimentos que podem ser a base para sua promoção. Para que isso seja possível, o perfil de tal profissional não deve se prender apenas em requisitos teóricos, mas abarcar, também, seus recursos pessoais, interpessoais e éticos (DIRETRIZES PEDAGÓGICAS – ESCOLARIZAÇÃO NA SOCIOEDUCAÇÃO, 2014).

Para Paulo Freire (2005), ensinar alguém não é simplesmente repassar conhecimento. Formar vai muito além do que somente treinar o adolescente para o desempenho de competências; formar é criar as possibilidades para a sua própria construção. No momento de educar é necessário entender que mudar pode ser árduo, mas é possível.

De acordo Santos e Aléssio (2006, apud LOURENÇO 2012), a forma como a sociedade convive com os adolescentes infratores se caracteriza pela proposta de distanciamento deste grupo, juntando-os como uma parcela diversa da sociedade, sempre pretendendo colocá-los afastados do contexto social em que estão inseridos os demais. Dessa forma, no momento de se fazer um atendimento socioeducativo é necessário prestar atenção na história de vida do adolescente que ali está, com suas relações e interligações com a realidade social.

É o pensamento que considera a pessoa como sujeito ativo que faz com que seja possível entender que os valores resultam do convívio desse indivíduo com o mundo exterior, ao contrário da ideia de simples internalização desses valores. Portanto, é justamente essa ideia que ajuda a explicar como pessoas que convivem em um mesmo ambiente podem ter valores tão distintos (ARAÚJO; PUIG, 2007).

Desse modo, pode-se concluir que educar alguém não se restringe a transferir as informações sabidas ou expor o caminho a ser seguido; educar significa ajudar o indivíduo a ter noção de si mesmo, de sua consciência, dos outros e da sociedade. É também disponibilizar vários meios para que a pessoa seja capaz de escolher, entre todas as opções, a melhor para ele e sua vida (NAZAR, 2016).

5. METODOLOGIA

a) Sujeitos: os professores que trabalham numa escola inserida no contexto da UNIS.

b) Instrumentos: os instrumentos desse estudo foram entrevistas com roteiro de questões semiestruturadas, da autoria de Couto (2016), que se encontra ao final desse trabalho, como Anexo I.

c) Procedimentos: essas entrevistas foram feitas de forma individualizada e tiveram, como referência para a coleta e análise dos dados, o método clínico de Piaget, de acordo com a recomendação de Delval (2002). Este método consiste em um sistema feito por meio de uma intervenção organizada do pesquisador em relação à conduta dos sujeitos. Dessa forma, ele é clínico no sentido de que vai mais adiante do que está notório e proporciona o entendimento do ponto de vista do indivíduo: as particularidades gerais de suas explicações, a forma como ele resolve os problemas apresentados e encontra as próprias explicações. Ademais, ele permite observar se as falas dos indivíduos possuem coerência, ou se manifestam contradições (QUEIROZ & LIMA, 2010). Assim, tem-se, a seguir, uma tabela demonstrando os objetivos em paralelo aos procedimentos – roteiro desta pesquisa:

Objetivos	Procedimentos
Objetivo 1: Verificar qual o conceito que os docentes possuem acerca de valores e moral;	1. O que você entende por valores? 2. O que você entende por educação moral ou educação em valores morais?
Objetivo 2: Compreender quais são os valores morais que foram aprendidos pelos docentes durante suas vidas, na escola;	3a. Quais foram os valores morais aprendidos por você na escola?
Objetivo 3: Compreender quais são os valores morais ensinados por esses professores aos adolescentes internos;	3c. Quais são os valores morais ensinados, por você, aos adolescentes internos?
Objetivo 4: Investigar de que forma os docentes aprenderam esses valores, e como os ensinam aos adolescentes internos;	3b. De que forma tais valores foram aprendidos por você? 3d. De que forma tais valores são ensinados por você aos alunos da UNIS?
Objetivo 5: Investigar se, na opinião dos professores, o ensinamento de valores morais é importante, e o porquê.	4a. Em sua opinião, as escolas inseridas no contexto da UNIS devem trabalhar a educação em valores morais com seus alunos internos? 7a. Você considera que na sua escola a educação em valores morais é necessária?

d) Tratamento dos dados: Levando em consideração que a pesquisa qualitativa descreve a complexidade de determinado problema, compreendendo e classificando os processos dinâmicos vividos em um grupo, a fim de se verificar a relação entre a realidade estudada com o objeto de estudo (DALFONO; LANA;

SILVEIRA, 2008), pode-se afirmar que o presente trabalho se enquadra nessa abordagem de pesquisa. Isso porque se preocupa com a significação dos acontecimentos e processos sociais, além de refletir em até que ponto a educação em valores consegue modificar a realidade desses sujeitos.

e) Cuidados Éticos: devido ao fato de esse trabalho lidar diretamente com pessoas e para que houvesse sempre respeito aos procedimentos éticos, o mesmo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (CEP) – Parecer nº 2.300.866, que se encontra ao final dessa pesquisa, como Anexo II - da Universidade Vila Velha/ES (UVV), em conformidade com os padrões da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 466/12 (2012).

f) Tipo de Pesquisa:

Do ponto de vista dos objetivos, a presente pesquisa é do tipo exploratória, possuindo “como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p. 41). Segundo Gil (2010) e Collis e Hussey (2005), a pesquisa exploratória é aquela feita sobre um problema de pesquisa que geralmente não possui estudo anterior a seu respeito. Esse tipo de estudo tem como objetivo procurar padrões, ideias ou hipóteses. Além de exploratória, a presente pesquisa é, também, descritiva, pois possui como propósito descrever as características de uma população específica. Nas palavras de Gil (2010, p. 29), pesquisas descritivas “podem ser elaboradas com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”.

Do ponto de vista dos procedimentos, a pesquisa se caracteriza como sendo bibliográfica, pois é desenvolvida com base em materiais já prontos, principalmente livros e artigos científicos (GIL, 2002). De acordo com Kahlmeyer-Mertens, et al (2007), pesquisa bibliográfica é aquela elaborada com base em material já publicado, por exemplo, livros, revistas, jornais e periódicos, com o objetivo de trazer veracidade aos fatos elencados no trabalho. Dessa forma, como o presente trabalho é resultado da busca de informações obtidas em livros, revistas e artigos científicos, encontrados nos mais variados periódicos e bancos de dados digitais, pode-se afirmar que, com relação ao procedimento técnico, a pesquisa realizada é bibliográfica.

Além de exploratória, este trabalho é, também, um estudo de caso, desenvolvido por meio de entrevistas individuais com os docentes que trabalham

inseridos no contexto da UNIS, tendo sido utilizado, para tanto, um roteiro de questões semiestruturadas. De acordo com Gil (2009), é possível definir um estudo de caso através da identificação de seus atributos principais, a saber: pesquisa um fenômeno contemporâneo; o estudo é feito em profundidade; não se separam o fenômeno e seu contexto; além de exigir que se utilizem vários procedimentos de coleta de dados, entre outras.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este tópico encontra-se dividido em três subcapítulos: o primeiro subcapítulo, *Parte I – Perguntas gerais*, trata de perguntas feitas para todos os professores, independentemente de terem, ou não, participado de alguma experiência de educação em valores morais.

O segundo subcapítulo, *Parte II – Relatando a experiência*, foi voltado somente aos professores que já participaram de alguma experiência de educação em valores morais.

E o terceiro subcapítulo, *Parte III – Criando uma experiência em valores morais*, aborda apenas os professores que nunca participaram de uma experiência de educação em valores morais.

Destacamos as informações necessárias à compreensão deste capítulo:

- 1) Embora o número de participantes seja 10, muitas vezes, dependendo da pergunta a eles feita, muitas respostas e/ou justificativas podem ser fornecidas por um mesmo sujeito. Além disso, há perguntas que são decorrentes das anteriores e, por essa razão, se o participante responde negativamente a uma determinada questão, não será interrogado sobre a subsequente. Essas situações interferem no N (número de respostas e/ou justificativas), que, portanto, poderá ser igual, inferior ou superior a 10, conforme o item considerado.
- 2) No momento da categorização, não foi possível agrupar algumas respostas ou justificativas, ficando estas, conseqüentemente, descritas sob o título de *outras*

respostas. Para constatar quais foram todas as situações sob esta condição, poderemos verificar o Apêndice II (em CD digitalizado), no qual temos as categorias completas de análise das entrevistas.

3) Por fim, apresentamos as medidas tomadas, particularmente, na escrita do presente capítulo:

3.1) Empregamos nomes fictícios, de forma a resguardar a identidade dos participantes.

3.2) Utilizamos, quando necessário, trechos das entrevistas - em forma de citação para ilustrar o dado que estamos apresentando. Nestas situações, haverá, logo no início e entre parênteses, o nome fictício do participante cuja citação está sendo mencionada, com sua fala destacada **em negrito**;

3.3) Destacamos cada resultado apresentado neste capítulo com marcação **em negrito**, a fim de separar os diversos dados analisados.

6.1 Parte I – Perguntas gerais

Neste subcapítulo de resultados encontramos as informações referentes à concepção de valores; concepção de valores morais ou educação em valores morais; quais valores morais foram aprendidos pelos professores, na escola, e de que forma esse aprendizado ocorreu; quais são e de que forma são ensinados tais valores aos adolescentes internos; se a educação em valores morais deve ser trabalhada nas escolas inseridas no contexto da UNIS e por quê; se os professores já participaram de alguma experiência de educação em valores morais, e, sendo negativa a resposta,

o motivo de não terem participado. Dessa forma, tal subtítulo abrange as primeiras 06 perguntas da entrevista, além das perguntas 1 e 2 da PARTE 3 do questionário.

Quando perguntados sobre **o que entendem por valores**, a metade (50%) respondeu que valores são as coisas que aprendemos durante a nossa vida e/ou com a nossa família; já 20% acredita que valor é o que rege e/ou é construído pela sociedade; outros 20% disseram que valores são as características das pessoas e/ou o respeito e a tolerância e 10%, ou seja, 01 professor, disse que valor é ensinar para os alunos que eles podem ter uma vida melhor, diferente da que sempre tiveram.

O que entendem por valores:	
50%	São as coisas que aprendemos durante a nossa vida e/ou com a nossa família;
20%	É o que rege e/ou é construído pela sociedade;
20%	São as características das pessoas e/ou o respeito e a tolerância
10%	É ensinar para os alunos que eles podem ter uma vida melhor, diferente da que sempre tiveram.

Já quando a pergunta foi o que eles **entendiam por educação moral ou educação em valores morais** obtivemos 10 respostas, onde: 2 professores (20%) responderam que educação moral é a que a pessoa recebe para saber se inserir na sociedade/seguir as normas; 4 professores (40%) responderam que é respeito e/ou tolerância/bem estar comum; e os outros 4 professores (40%) deram, cada um, uma resposta diferente, como seguem:

(Fabiana) *Educação moral? Eu entendo assim, educação moral é quando eu tenho um estudo de educação moral na sala de aula e tem aquela que eu trago da família, que eu tenho que fazer um relacionamento entre uma e outra, aí tem uma diferença, porque a dada através da educação é para complementar a que eu trago de casa no meu dia a dia, né, com meus alunos na sala de aula, e sempre que eu posso eu tenho que intervir, por exemplo, aqui na escola, se um aluno está se masturbando, eu tenho que intervir assim com ele, mas não que eu vá chamar a atenção dele, não que eu vá envergonhar ele, no meio dos outros, eu tenho que ter esse cuidado, esse holístico assim, para eu poder saber, porque, às vezes, se chamar a atenção ele pode levar um susto. Então eu tenho que ter um cuidado, se eu, no momento, não chamar, eu tenho que ver depois como é que eu vou fazer para intervir nessa situação.*

(Laura): *É poder fazer com que os alunos enxerguem as possibilidades que vão ter no futuro.*

(Tatiana) *Olha, eu entendo bem pouco porque eu não era muito de estudar isso não. Mas educação moral eu acho que, valores morais, primeiramente vêm de casa, dos nossos pais, vêm da família, e na escola os professores só reafirmam o que é aprendido em casa.*

(Wellington): *Quando nós professores temos que estar destacando o que a sociedade ou a família acabou deixando passar batido ou pura e simplesmente inverteu.*

O que entendem por educação moral ou educação em valores morais:	
20%	É a que a pessoa recebe para saber se inserir na sociedade/seguir as normas;
40%	Respeito e/ou tolerância/bem estar comum
40%	Outras respostas

Em relação aos valores morais aprendidos por eles, na escola, os 10 professores forneceram 18 diferentes respostas, que foram organizadas em 4 categorias: **1) respeito** (N = 8, 44,45%); **2) como se comportar/conviver em sociedade** (N = 2, 11,12%); **3) seguir regras/ter limites** (N = 3, 16,67%); **4) outras respostas** (N = 5, 27,78%), que foram: a) (Fabiana): *humildade; ajudar o próximo sem interesse*; b) (Laura): *ensino, educação*; c) (Valéria): *amor* e d) (Wellington): *paciência*.

No que diz respeito à forma em que tais valores morais foram aprendidos pelos professores, 9 professores deram 13 diferentes respostas, que foram divididas em 5 categorias: **1) por meio do diálogo** (N = 5, 38,47%); **2) por meio da convivência** (N = 2, 15,39%); **3) por meio de exemplos** (N = 3, 23,08%); **4) outras respostas** (N = 3, 23,08%); a) (Laura): *por meio da educação*; b) (Murilo): *pela imposição*; c) (Valéria): *por atividades interdisciplinares*; **5) missing** (N = 1).

Quando a pergunta foi **quais são os valores morais ensinados, por eles, aos adolescentes internos**, os 10 professores forneceram 19 diferentes respostas, sendo que a maior parte deles (N = 7, 36,84%) respondeu que ensina o valor do *respeito*; 2 professores, ou seja, 10,52%, responderam que ensinam *limites*; outros 2 professores (10,52%) ensinam como *saber conversar/ser educado*, e os outros 6 professores deram 08 diferentes respostas (42,10%), que foram: a) Angélica: *que eles têm direitos, mas também têm deveres*; b) Fabiana: *obedecer aos professores*; c) Laura: *mudança de vida*; d) Marina: *valorizar as coisas que eles sabem, o conhecimento que possuem*; e) Murilo: *dialogar com os outros, ter atitude e*

liberdade de expressão; f) Wellington: *sobreviver na sociedade sem fazer mal ao próximo, e sem ser vítima desse mal.*

Com relação à forma com que eles ensinam tais valores aos alunos da UNIS, obtivemos 18 respostas, que foram separadas em 4 categorias: **1) Por conversa, conselho e/ou incentivo** (N = 9, 50%); **2) Por meio de dinâmicas/debates** (N = 2, 11,11%); **3) Contextualizando com a matéria** (N = 4, 22,22%) e **4) Outras respostas** (N = 3, 16,66%): a) (Fabiana): **por textos reflexivos** e b) (Valéria): **por exemplos e por meio do processo avaliativo.**

O que entendem por educação moral ou educação em valores morais:	
20%	É a que a pessoa recebe para saber se inserir na sociedade/seguir as normas;
40%	Respeito e/ou tolerância/bem estar comum
40%	Outras respostas

Quais são os valores morais ensinados, por eles, aos adolescentes internos:	
36,84%	Respeito
10,52%	Limites
10,52%	Conversar/ser educado
42,10%	Outras respostas

De que forma tais valores morais foram aprendidos pelos professores:	
38,47%	Por meio do diálogo
15,39%	Por meio da convivência

23,08%	Por meio de exemplos
23,08%	Outras respostas
1	Missing

De que forma tais valores são ensinados aos alunos da UNIS:	
50%	Por conversa, conselho e/ou incentivo
11,11%	Por meio de dinâmicas/debates
22,22%	Contextualizando com a matéria
16,66%	Outras respostas

Sobre se eles acreditam que **as escolas inseridas no contexto da UNIS devem trabalhar a educação em valores morais com seus alunos internos** foram obtidas 100% de respostas positivas, ou seja, todos os professores acreditam que esse é um assunto importante e que deve ser trabalhado.

Quando indagados do **por que** acreditam que os valores morais devem ser trabalhados com os adolescentes internos: **1)** a metade (N = 5, 50%) respondeu que é porque tais adolescentes *perderam ou não tiveram ensino dos valores morais/pela forma como chegaram à UNIS*; **2)** 2 professores (20%) responderam que é porque *todos precisam saber se comportar/ser educado*; **3)** os outros 3 professores (30%) disseram que é *para eles entenderem que podem mudar de vida/para terem uma vida melhor e/ou para prepará-los para a vida*.

Por que acreditam que os valores morais devem ser trabalhados com os adolescentes internos:	
50%	Porque tais adolescentes perderam ou não tiveram ensino dos valores morais/pela forma como chegaram à UNIS;
20%	Porque todos precisam saber se comportar/ser educado;

30%

Para eles entenderem que podem mudar de vida/para terem uma vida melhor e/ou para prepará-los para a vida.

Com relação à pergunta sobre **se eles já participaram ou participam de alguma experiência de educação em valores morais no ensino fundamental e médio**, dos 10 professores, 08 (80%) responderam que não, enquanto os outros 02 (20%) disseram que já participaram de uma experiência desse tipo. Todos os que não participaram de nenhuma experiência em valores morais (N = 8, 100%) responderam que não o fizeram por falta de oportunidade.

Quando indagados a respeito da **importância da formação do professor em valores morais para o interno**, as respostas foram: **1) os alunos escutam os professores/os pegam como exemplo** (N = 2, 20%); **2) Deixará o professor mais seguro/preparado para auxiliar o adolescente e/ou entendê-lo melhor** (N = 6, 60%) e **3) Para demonstrar, ao professor, a sua importância dentro da UNIS/ressocialização** (N = 2, 20%),

Já quando perguntados sobre a **importância da formação em valores morais para a segurança pública**, tais respostas foram divididas nas seguintes categorias: **1) Reduzir a violência/melhorar a segurança** (N = 4, 44,44%) e **2) Porque eles irão retornar para a sociedade** (N = 4, 44,44%); **3) Outras respostas** (N = 1, 11,11%) e **4) Missing** (N = 1). A resposta que entrou na categoria *outras respostas* foi:

(Hélio): ***É muito bom porque eu acho que melhora a fórmula de diálogo do agente com o aluno, a forma como ele trata, se ele tá sendo rígido demais, se ele tá sendo passivo demais, eu acho que se ele tiver essa noção ele fica mais respaldado.***

Após a análise das respostas dadas, pelos professores, às principais perguntas gerais, como no caso do primeiro questionamento – o que eles entendiam por valores -, percebemos que tais respostas foram bastante diferentes umas das outras, porém, a maioria dos docentes respondeu que *valores são o que aprendemos durante a nossa vida e/ou com a família*, coincidindo com o entendimento de valor dado por Araújo e Puig (2007), que, como já dito no referencial teórico, entendem que os valores resultam do convívio do indivíduo com o mundo exterior.

Em relação à segunda pergunta – o que entendiam por educação moral ou educação em valores morais - as respostas foram ainda mais divergentes entre si, não havendo respostas semelhantes que correspondessem à maioria dos professores (pelo menos 05) para serem inseridas em uma única categoria. Nesse caso, tomando por base o conceito de educação em valores morais de Nucci (2000), que acredita que esse tipo de educação deveria ter, como foco, os pontos de vista e preocupações dos alunos acerca do que é a justiça e o bem-estar das outras pessoas, percebemos que 40% dos professores compartilham da mesma concepção de tal autor.

Outro fato possível de se observar foi que, apesar de 08 professores nunca terem participado de nenhuma experiência em valores morais, todos eles tinham valores e os repassavam aos alunos, fato que se coaduna com a opinião de La

Taille que, também como já visto, prega que “alunos têm valores, professores têm valores, a instituição escola pressupõe valores, etc. A reflexão não deve, portanto, se dar sobre o fato de a escola trabalhar, ou não, valores, mas sim sobre „quais” e como trabalhá-los” (La TAILLE, 2013, p. 8).

6.2 Parte II – Relatando a experiência

Neste subcapítulo têm-se apenas as respostas dos professores que já participaram de alguma experiência de valores morais, assim, apenas dois professores – Marina e Wellington - responderam a essas perguntas, que se encontram na PARTE 1 da entrevista.

Quando perguntados sobre **em que escola ocorreu a experiência**, Marina respondeu que foi na escola Eulália Moreira – curso acelera -, enquanto Wellington respondeu que havia sido uma parceria do estado com a empresa Arcelormittal,

ocorrendo dentro do espaço da Arcelor – curso mind educa. Ambos não se recordaram do endereço, telefone ou e-mail da escola.

Em relação à **função que tiveram durante a participação** na experiência, Marina respondeu ter sido ouvinte, enquanto Wellington disse ter tido uma participação ativa.

A respeito do **ano em que tal experiência ocorreu**, Marina respondeu que foi no ano de 2013, enquanto a experiência de Wellington ocorreu entre os meses de abril a dezembro de 2016. Já em relação ao **tempo de duração**, a experiência da professora Marina durou de 3 a 6 meses e a experiência do professor Wellington durou cerca de 9 meses (categoria 6 a 12 meses).

No momento de responderem **sobre os participantes**, Marina respondeu ter sido apenas os professores e pedagogos, e Wellington respondeu que foram professores e alunos; nenhum deles soube dizer quantos participaram. E quando perguntados sobre **quem havia motivado tal experiência**, Marina respondeu que foi a escola, enquanto Wellington respondeu que foram os alunos, pois é necessário fazê-los entender o que são os valores morais.

Chegada a hora de relatar **de que forma tal experiência foi motivada**, Marina respondeu: *“o desejo mesmo de aprender, de estar buscando novos conhecimentos e cada dia estar mais atualizada e mais pronta para trabalhar no mercado”*, e Wellington respondeu que *“foi uma proposta da própria banca formadora. Ela nos provocou a trabalhar situações cotidianas dentro da ressocialização, então realmente partiu da formação”*.

Em relação a **principal finalidade buscada** por essa experiência, Marina respondeu ter sido o aprendizado, enquanto Wellington disse que foi a reflexão acerca dos valores morais.

Quando indagados sobre quais foram os **temas ou assuntos trabalhados** na experiência, obtivemos as seguintes respostas:

(Marina): *É difícil lembrar esses negócios, não lembro. Eu sei que a gente tinha a questão dos cursos de redação, a gente tinha as questões que trabalhava esses valores morais e tinha outras questões também que eram trabalhadas, mas falar agora assim eu não lembro. Eu lembro assim do curso, mas não consigo muito falar.*

(Wellington): ***Foram diversos, diversos temas. As regras básicas de valores, do respeito, do limite, da tolerância, então aqui, diferente de escola regular, nosso trabalho é bem mais árduo porque, como eu disse, temos valores corrompidos, e isso praticado a longo tempo, que pra eles virou uma coisa normal, ofender alguém, agredir alguém, conseguir as coisas no grito. Então, a outra unidade que é o CSE ela promove bastante essa reflexão, e eles são bem ativos quando essas regras são quebradas.***

Os **recursos utilizados** em ambos os cursos foram: *palestra, debate, redação/trabalho em grupo, situações cotidianas, convivência dentro da escola e recompensa*. Os recursos utilizados apenas na experiência de Marina foram: *música, cartaz, história, vídeo, estudo dirigido e redação/trabalho individual*; já os recursos utilizados apenas na experiência de Wellington foram: *aula expositiva, aula dialogada e conversa/diálogo*. Quando perguntados sobre como esses recursos foram adotados na experiência, ambos não responderam o que foi perguntado, desse modo ocorreram dois *missing*.

Sobre o **papel atribuído aos participantes da experiência**, Marina respondeu: ***“aí é difícil, né? Tinha várias coisas que a gente participava; a questão tinha que se envolver também, apoiando o professor, com o trabalho com o aluno, o porque, ao mesmo tempo em que você estava fazendo o curso, você já estava trabalhando o aluno dentro da sala de aula, e a questão do aluno mesmo, de a gente tentar trazê-lo para aquela experiência que era nova para ele, uma experiência meio multidisciplinar, então a escola se envolveu um pouco também, tinha que se envolver um pouco”***. Wellington não soube responder.

Ambos disseram ter havido **mudanças no ambiente escolar** e, quando perguntado **quais foram** essas mudanças, eles responderam:

(Marina): ***As mudanças, a gente sempre agrega mudanças boas, né? Como, por exemplo, se você aprende a contar uma história de uma forma melhor, igual, eu sou professora de português, se você aprende a fazer uma contação de história, você consegue fazer com que aquele aluno interprete melhor aquela aula, você debate melhor o assunto, então tudo isso você vai incorporando; assim como cartazes, todas essas coisas, você consegue incorporar muito mais coisas na sala de aula. A questão de valores, valorizar a sala de aula, não só como aquela experiência que, às vezes, o aluno acha que é maçante, mas que pode ser uma coisa boa; às vezes, numa sala de aula, você faz uma proposta: “ah, vamos fazer uma contação de história”, “ah, professora, vai ser chata”, e daí a pouco está todo mundo rindo, porque você começa a envolver todo mundo, e é uma coisa boa, então você tira daquele cotidiano maçante da escola um pouco.***

(Wellington): ***No dia a dia, no respeito. Os meninos ficam desarmados para quando o professor tem a função de chamar, um servidor público, de chamar a atenção dele, porque ele está fazendo alguma coisa errada; uma simples fala e ele muda, ele ouve, ele pede desculpa.***

A experiência de Marina foi avaliada, porém ela não participou de tal avaliação; na de Wellington a avaliação ocorreu. Marina, ao responder sobre a avaliação de sua

experiência, disse: *avaliação só minha mesmo, dentro de sala de aula eu sempre avalio, mas, assim, da escola em si não houve uma, na verdade essa avaliação aqui até ocorreu, mas eu estava cobrindo uma turma que era de outra professora, e no final do ano essa outra professora que estava de licença maternidade voltou e ela continuou com a turma, então era a turma que seria minha, mas eu poderia ter brigado por isso, mas eu resolvi não brigar.* Já Wellington, ao responder de que forma sua experiência foi avaliada, disse: *constantemente, porque tem relatório. Na escola temos o poder de fazer um relatório positivo do menino, no seu comportamento diário, sua postura na sala de aula, com os outros alunos, com os agentes, com os professores, sim, houve essa avaliação.*

Marina acredita que a escola em que foi desenvolvida sua experiência recebeu **formação para realizar tal projeto**, porém não soube informar qual formação foi essa; já Wellington respondeu que não houve esse tipo de formação no caso da experiência que ele participou.

Na hora de mencionar os **pontos positivos e negativos** de suas experiências disseram:

(Marina): *Para mim os pontos positivos foram: ter participado de toda a formação, ter participado com todos os alunos, ter pegado o início, que foi desgastante, até chegar a trazer os alunos para a parte boa e, quando chegasse ao final, que era quando iria ser a renovação do contrato, exatamente por causa do curso, para mim foi desgastante porque eu recebi, no final do ano, a notícia que eu não, que a outra professora tinha reivindicado o lugar porque ela estava de licença maternidade, embora não tivesse feito o curso e, quem tem QI, quem indica. Não teve ponto negativo porque o que a gente aprende vale para a vida inteira.*

(Wellington): *Os positivos eu citei, o nosso dia a dia melhorou, o ambiente ficou mais leve, de trabalho, as pessoas passaram a sorrir, com respeito de todas as partes. E, ponto negativo, como professor, nós temos a responsabilidade de ministrar os conteúdos, mas eu vejo de forma positiva também, porque não adianta nada eu me preocupar em passar um conteúdo de Roma, Grécia, se o menino sair sem aprender nada e se envolver no crime novamente e morrer.*

Marina não faria nenhuma mudança no planejamento ou condução do projeto, já Wellington faria, pois ele disse que **“tem que fazer parte do dia a dia, tem que ser paralelo aos conteúdos, diariamente”**.

6.3 Parte III – Criando uma experiência em valores morais

Neste subcapítulo encontram-se apenas as perguntas feitas para os professores que nunca participaram de experiência em valores morais, desse modo, foram dirigidas a, somente, oito professores. Tais questionamentos estão na PARTE 2 da entrevista.

Quando perguntado se eles **consideravam que a educação em valores morais é necessária numa escola inserida no contexto da UNIS, e por quê**, obtivemos 100% (N = 8) de respostas positivas, sendo que, no momento da justificativa, foram dadas 08 diferentes respostas: **1) Porque é essencial/necessário para a formação do ser humano** (N = 3, 37,5%); **2) Outras respostas** (N = 5, 62,5%), que foram:

(Angélica): *Muito necessária, porque é aquilo que eu falei na resposta anterior, se o menino que está aqui, aplicar, para ele, só o conteúdo, aqui e lá fora, né, o regular, só o conteúdo, a educação não vai estar cumprindo o seu papel; o menino vai estar aprendendo e não vai saber agregar aquilo na vida dele, não vai ter vínculo nenhum aquilo para ele, vai aprender e vai simplesmente ignorar depois, né? Eu acho que ele tem que aprender aqui e tem que levar isso para a sua vivência.*

(Fabiana): *Por causa que, não só para os alunos, como nós educadores também; eu acho assim que a minha área, como educadora, precisa muito, porque nós somos muito desunidos. Eu, como educadora, sinceramente, já pensei até em mudar de graduação, porque eu vejo, assim, os advogados são unidos, né? Em tudo eles são unidos, e os professores eles são umas pessoas que, se for possível, um está derrubando o outro, e eu acho que um tem que ajudar o outro; se meu parceiro precisa, eu tenho que ajudá-lo, e não por interesse. Se ele tem alguma necessidade, o professor, se ele sabe, ele tem.. Porque a gente aprende um com o outro. Educação não só tem na escola, com quem eu convivo eu estou aprendendo, né.*

(Hélio): *É por essa questão, principalmente por a gente estar inserido aqui na UNIS, num meio socioeducativo, em que muitos meninos às vezes vêm de abrigo, não têm, nunca tiveram ensinamento de valor na sua vida toda, aí chega aqui é uma oportunidade de ele estar construindo bons valores para sua vida.*

(Laura): *Porque aí os alunos vão ter mais possibilidades, né, de entendimento, dar um valor pela qualidade de vida, pelo que eles são, dessa forma.*

(Murilo): *Essa educação em valores morais, principalmente para esses alunos, para que eles retornem para a sociedade seguindo esses valores, seguindo essas normas, essas leis, já previstas por todos nós. Então, teve uma aula que nós conversamos bastante sobre isso né? Que é sobre seguir as leis. Então eles estão aqui porque eles seguiram, né, eles quebraram uma lei, infringiram uma dessas regras e foi muito por conta dos valores que eles trazem, né, muitas vezes a realidade levou alguns a fazer uma quebra, quebrar uma dessas leis e outros, muitas vezes, a condição os levou a fazerem aquilo, né? Então é muito difícil você viver em um local onde todos fazem e você não fazer. Quais são os valores que ele recebeu, né? Como que ele não vai fazer isso se a mãe dele já fez algo pior, né? Então imagina um adolescente, que, por exemplo, o irmão mais velho e o outro irmão mais velho já estão em duas penitenciárias, e a mãe também já passou por uma penitenciária, então ele foi criado pela avó, e a avó só o olhava, mas não o educava, não ensinava esses valores, então ele continuamente foi seguindo essa sina, sei lá, esse passado da sua família; então como que ele vai modificar isso? Então nós aqui, a partir do momento em que ele dá entrada e começa a cumprir a medida, nós já começamos esse tema; é claro que eu estou falando só aqui da escola, os que os professores têm feito, mas claro que a unidade como um todo, seus técnicos, toda a equipe técnica, deve ter uma forma de abordagem diferente sobre esse tema; então nós professores, aqui, tentamos fazer de uma forma, que, para a gente, no momento, é o certo, mas os técnicos devem ter outras abordagens com eles.*

As próximas perguntas foram feitas para os professores que nunca participaram de experiência em valores morais e que consideraram que a educação em valores, na escola em que eles trabalham, é necessária. Como todos os professores disseram que ensinar valores morais é importante, todos os 8 professores responderam tais perguntas; assim, foi pedido a eles que relatassem como tal experiência deveria ser desenvolvida, caso eles pudessem organizar alguma, pedindo para destacarem os participantes, termo de duração, motivação, objetivos, temas abordados, recursos utilizados, forma de utilização desses recursos, papel dos participantes envolvidos e existência, ou não, de avaliação da experiência.

No momento em que foi pedido para **destacarem quais deveriam ser os participantes** dessa experiência, 06 professores (60%) responderam *alunos e professores e/ou todo o conjunto da UNIS*; 2 docentes (20%) responderam *professores e pedagogos ou professores e gestores da educação* e os outros 2 professores (N = 2, 20%) responderam que deveria ser o *público em geral*, dando um total de 10 respostas (N = 10).

Quando pedido para destacarem qual deveria ser o **termo de duração**, metade (N = 4, 50%) acredita que deveria ser *ao longo do ano/de forma diária* e a outra metade (N = 4, 50%) deu respostas diferenciadas, sendo:

(Angélica): ***Eu penso que, assim, uma semana antes de iniciar efetivamente o trimestre; no início do ano trabalharia. Vamos começar na primeira semana de fevereiro, trabalharia um projeto assim, mostrando para eles o que? Que que ele vem buscar aqui? Que que nós temos para trabalhar com ele? E mostrar também para os agentes o que que é esse aluno que está aqui na nossa frente, como devemos tratá-lo? É um aluno que tem dever, mas que também tem direitos. Então eu acho que assim, num início de um ano, uma semana seria o ideal.***

(Hélio): ***Uma aula acho que é o suficiente, 50 minutos.***

(Tatiana): ***Poderia ser de um mês, porque dá para abordar bastante coisa.*** (Valéria):

De preferência atividades periódicas, trimestrais.

No momento de destacarem a **motivação**, 25% (N = 2) dos professores responderam que a motivação seria a melhora da convivência, outros 25% (N = 2) responderam que seria a mudança dos alunos/melhora de vida dos alunos e a outra metade (N = 4, 50%) deram diferentes respostas, que estão a seguir:

(Angélica): ***É justamente isso, mostrar para os meninos que eles estão aqui na escola não só para aprender uma coisa que eles não aprenderam lá fora, né, por que as vezes eles acham que estão aqui obrigados, mas não.***

(Fabiana): ***Eu aprenderia com meus colegas, né? Repassar alguns conhecimentos que eu tenho e cada um sairia ganhando com a experiência um do outro, com meus parceiros, professores, alunos, só teria a ganhar.***

(Tatiana): ***Não sei. Motivá-los a querer entender mais sobre o assunto.***

(Valéria) ***Consciência das pessoas, consciência do que é a humanidade, consciência do motivo pelo qual a educação trabalha.***

Quando indagados quais seriam os **objetivos** dessa experiência, os 8 professores deram 9 respostas, divididas em 3 categorias: **1) Mudança dos alunos e/ou mudança de vida dos alunos** (N = 3, 33,34%); **2) Respeito e/ou tolerância** (N = 3, 33,34%); **3) Outras respostas** (N = 3, 33,34%), que foram:

(Fabiana): ***Que eu poderia por em prática o que eu aprendi no curso.***

(Tatiana): ***Seria alcançar, neles, o entendimento do que é moral, conduta, essas coisas assim, valores.*** (Valéria): ***Redução da violência.***

Em relação aos **temas abordados**, os 7 professores que responderam (pois ocorreu um *missing*), deram 14 respostas: **1) Respeito e/ou tolerância/paciência** (N = 4, 28,57%); **2) Valores morais, e/ou ética/bons costumes** (N = 3, 21,43%) e **3) Outras respostas** (N = 7, 50%), que foram:

(Angélica): ***Eu acho que deveria trabalhar muito a questão do respeito ao próximo que eles, muitas vezes, não têm, eles querem apenas ter o respeito para eles, para com eles, mas, às vezes, eles esquecem que eles também têm que dar o respeito. Também acho que poderia trabalhar a questão do preconceito, que às vezes é muito; racismo; essa questão mesmo do convívio do aluno com o professor e com eles, alunos entre alunos. Eu acho que tinha quer ser uma coisa assim, o respeito tinha que ser a base para ser um tema abordado.***

(Fabiana): ***Boas maneiras, porque o ser humano ele... Amor, né? As pessoas confundem, o amor, as pessoas estão muito sem amor, qualquer coisinha estão sem paciência; paciência também, que as pessoas não têm; tolerância.***

(Murilo): ***Valores, ética, moral, bons costumes e o que é mais contemporâneo, a discussão sobre a sociedade, porque a sociedade hoje em dia ela muda continuamente, então como que a gente vai observar essas mudanças continuamente com esses adolescentes que muitas vezes viveram só num tipo de pensamento, né? Como que a gente promove esse outro tipo e pensamento?***

(Renata): ***Respeito, limite.***

(Valéria): ***Respeito mútuo, redução da violência, respeito ao meio ambiente, respeito à saúde.***

No momento de explanarem quais seriam os **recursos utilizados**, os 8 professores deram 22 diferentes respostas, separadas em 7 categorias: **1) Datashow/televisão** (N = 5, 22,73%); **2) Auditório/palestras/seminários** (N = 5,

22,73%); **3) Dinâmicas/debates** (N = 2, 9,10%); **4) Biblioteca/livro/revistas** (N = 3, 13,64%); **5) Computador** (N = 3, 13,64%); **6) Música/caixa de som/microfone** (N = 3, 13,64%) e **6) Outras respostas** (N = 1, 4, 55%).

Quando foram explicar a **forma de utilização desses recursos**, obtivemos 2 *missing* e 11 diferentes respostas, que foram: **1) Em forma de dinâmicas** (N = 2, 18,19%); **2) Em forma de palestras** (N = 4, 36,37%); **3) Em forma de aulas** (N = 2, 18,19%); **4) Outras respostas** (N = 3, 27,28%): teatro, vídeos e música.

No que se refere ao **papel dos participantes envolvidos**, tivemos 01 *missing* e 8 diferentes respostas, onde: 5 professores (N = 5, 62,5%) responderam que deveria ser um papel participativo; 2 professores (N = 2, 25%) disseram que deveria ser um papel apenas de ouvinte e 1 professor (N = 1, 12,5%) entrou na categoria “outras respostas” ao afirmar que os participantes deveriam ter um papel de mostrar aos alunos os direitos que eles possuem, além de mostrar para os agentes quem são os alunos e como eles devem ser tratados.

Quando indagados **se tal experiência deveria ser, ou não, avaliada** posteriormente, obtivemos 07 respostas afirmativas (N = 7, 87,5%) e 01 resposta negativa (N = 1, 12,5%).

Após explorarmos as respostas dadas pelos docentes que nunca tiveram um treinamento específico acerca da educação em valores morais, constatamos que, apesar de nunca terem participado de uma experiência desse tipo, todos eles acreditam que tal preparação é muito necessária, e todos também possuem ideias sobre como criar uma experiência relacionada a esse assunto. Sendo assim, observamos a aproximação de tal fato com a opinião de García e Puig (2010), que acreditam que a preparação para ensinar valores expõe um antagonismo: por um lado, todo docente, pelo simples fato de ser pessoa e cidadão, possui a capacidade para transmitir valores. Por outro lado, existe um consenso sobre a necessidade de se fazer uma preparação específica para esse objetivo e, “provavelmente ambas as posições têm razão: todo mundo pode educar em valores e, de fato, todos estão educando, mas também é fundamental preparar-se e prever certas intervenções conjuntamente”.

Terminado este capítulo, em que foram apresentados e discutidos os resultados encontrados nesta pesquisa, passemos às *Considerações Finais*, em que concluímos nosso trabalho, a partir do material visto até o momento.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo é reservado a uma discussão mais específica dos resultados encontrados nesta pesquisa. Por isso, retomamos brevemente os objetivos traçados para este fim e em seguida apresentamos as informações mais relevantes destacadas nos três subcapítulos de dados da dissertação: 1) *Parte I – Perguntas gerais*; 2) *Parte II – Relatando a experiência* e 3) *Parte III – Criando uma experiência em valores morais*.

O passo seguinte foi tentar unir todo o conteúdo de uma só vez, abrangendo os dados e discussões mais importantes do capítulo *Resultados e Discussão*. A maneira encontrada para realizar esta análise foi a de destacar as categorias que foram mais frequentes ou, então, as que, embora menos incidentes, sugeriram uma importância para este trabalho, por tornarem-se comuns entre os variados aspectos investigados junto aos professores. Passemos, então, a conclusão deste trabalho.

Muros altos com arames, guardas em praticamente todos os lados e portões com cadeados. Mesmo com vários elementos que reproduzem uma unidade de internação, o lugar não espanta; pelo contrário, é um ambiente aberto, com boa ventilação, e verde: essas foram as primeiras impressões que tive ao adentrar na Unidade de Internação Socioeducativa (UNIS) de Cariacica/ES. A sala dos professores é de bom tamanho, com vários livros, cadernos, cartazes e docentes dedicados, que acreditam na possibilidade de ressocialização dos adolescentes que ali estão. Foi nesse local que as entrevistas foram feitas, com o objetivo de investigar se aqueles professores possuíam ideias sobre o que são valores morais, se aprenderam e de que forma aprenderam, e se tentam repassar tais valores aos adolescentes que se encontram em uma unidade de internação. Para tanto, fizemos diversas perguntas relacionadas a esse tema, como: qual é a concepção que eles possuem sobre valores e sobre valores morais ou educação em valores morais; quais valores morais foram

aprendidos por eles, na escola, e de que forma esse aprendizado ocorreu; quais são os valores ensinados e de que forma os ensinam aos adolescentes internos; se a educação em valores morais deve ser trabalhada nas escolas inseridas no contexto da UNIS e por quê. Vejamos os principais resultados desses aspectos investigados.

Sobre o primeiro subcapítulo - *Parte I - Perguntas gerais*, percebemos que, apesar de todos os professores entrevistados possuírem uma **concepção sobre o que é valor e o que é a educação moral ou educação em valores morais**, tais ideias divergiram umas das outras, principalmente em relação a o que é a educação moral. Sobre a primeira pergunta - o que são valores -, a metade entende que são as coisas que aprendemos durante a nossa vida, com a família. Já em relação a o que é educação moral ou educação em valores morais, as respostas variaram mais, cuja categoria mais respondida (40%) foi que educação moral é o respeito, e/ou tolerância e o bem-estar comum.

Com relação aos valores morais aprendidos por eles, na escola, e os valores morais ensinados, por eles, aos adolescentes internos, podemos observar que existe uma ligação entre um e outro, ou seja, em geral, eles ensinam aos adolescentes os valores que aprenderam. Desse modo, a maior parte dos professores aprendeu o valor do respeito durante o seu tempo escolar, e a grande maioria deles prioriza o ensinamento deste valor aos internos.

O mesmo fenômeno ocorreu em relação à forma pela qual esses professores aprenderam tais valores e a forma que eles usam para repassá-los aos adolescentes. Ou seja, a maioria dos professores aprendeu valores por meio do diálogo, que é a forma utilizada pela maior parte deles no momento de repassar tais valores aos adolescentes. No que tange à importância de ensinar valores, aos adolescentes, a resposta foi unânime, o que significa que todos os professores acreditam que devem trabalhar valores. Apesar de acreditarem ser importante repassar valores morais aos adolescentes, dos 10 professores, 08 nunca participaram de nenhuma experiência focada nesse tema.

Sobre o segundo subcapítulo - *Parte II - Relatando a experiência*, analisamos as respostas dos professores que já participaram de alguma experiência de educação em valores morais, e observamos que quase todas as respostas foram diferentes.

Dessa forma, constatamos que, apesar de terem sido dois cursos voltados para o mesmo tema - valores morais -, eles foram realizados de maneiras bem distintas.

Sobre o terceiro, e último, subcapítulo - *Parte III - Criando uma experiência em valores morais*, que foi focado em como esses professores, que nunca participaram de uma experiência em valores morais, organizariam em evento desses, podemos observar que as respostas foram bastante variadas em todos os questionamentos. Assim, foi possível constatar que cada professor enxerga uma maneira diferente de passar tal conteúdo, entretanto, a maioria entende que esse projeto deveria ter, como público alvo, o público em geral, e que deveria ser trabalhado durante todo o ano. Em relação aos temas abordados nesse projeto, a maioria entende que deve ser o respeito e/ou tolerância/paciência (28,57%), seguido valores morais e/ou ética e bons costumes (21,43%); os demais deram respostas variadas, como, por exemplo: preconceito, convívio entre alunos e professores e redução da violência.

Percebemos, assim, que os professores que trabalham na escola inserida no contexto da UNIS de Cariacica não recebem, no momento em que ingressam na unidade de socioeducação, nenhum direcionamento acerca do que ensinar, ou como ensinar, valores morais, para os adolescentes internos; dessa forma, cada um ensina o que aprendeu, da maneira como aprendeu, sem foco em nenhum valor ou forma específica.

Nesse sentido, nosso interesse de pesquisa permanece na concepção de que o campo do ensinamento dos valores morais pode contribuir não somente para a diminuição da reincidência entre os adolescentes, como também para o estabelecimento de caminhos de educação que se preocupem com a prevenção dos vários tipos de violência. Embora esta área seja relativamente recente, o que traduz a necessidade de muitas pesquisas, esperamos que o presente trabalho possa ter contribuído para este fim.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana B. T.; LIMA, Renato Sérgio De. **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400007>. Acesso em: 06 out. 2016.

ALENCAR, Heloísa Moulin de; MULLER, Adriana. **Educação moral: o aprender e o ensinar sobre justiça na escola**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 453-

468, abr./jun. 2012. Disponível em

<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/a12v38n2.pdf>>. Acesso em: 02 jan 2017.

ALENCAR, Heloisa Moulin de et al . **Educação em valores morais: juízos de profissionais no contexto escolar**. Psicol. Esc. Educ., Maringá , v. 18, n. 2, p.

255-264, 2014.

ALMEIDA, B. G. M. **Medo do crime e criminalização da juventude**. In: congresso nacional de educação da PUCPR; 8.; Congresso Ibero-Americano sobre violências nas escolas – CIAVE, 3., 2008, Curitiba. Anais. Curitiba: Champagnat, 2008. p. 11582-11594.

ANJOS, Rosália Miguel dos; REZENDE, Cristiane Figueira Dantas. **A escola para o adolescente em medida socioeducativa de internação**. Monografia apresentada ao curso de graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília, 2016.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de; PUIG, Josep Maria; ARANTES, Valeria Amorin Arantes (org.). **Educação em valores: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. **Temas transversais e a estratégia de projetos**. São Paulo: Moderna, 2003.

ARIÈS, P. **L'enfant et la famille sous l'Ancien Régime**. Paris, Éditions du Seuil, 1973.

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não-infratores**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

BARBOSA, Márcia Silvana Silveira. **O papel da escola: Obstáculos e desafios para uma educação transformadora**. 2004. Disponível em

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6668/000488093.pdf>> Acesso em: 02 jan 2017

BORGES, Luciana Souza. **Moral e Homicídio: um estudo sobre a motivação e a ação do transgressor**. 2004. 317 f. Trabalho de conclusão de curso (Dissertação). Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

BRASIL, Decreto-Lei 2.848, de 07 de Dezembro de 1940. **Código Penal.**

BRASIL, Decreto 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. **Código dos Menores.**

BRASIL, Lei 4.513, de 1º de Dezembro de 1964. **Fundação Nacional do Bem Estar do Menor.**

BRASIL, Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979. **Código de Menores.**

BRASIL, Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.**

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – **SINASE**. Brasília: 2018.

CABANAS, J. M. Q. **Educación moral y valores**. Revista de Ciencias de la Educación, n. 166, abr-jun. 1996.

CALSA, Geiva Carolina; PÁTARO, Ricardo Fernandes. **Educação em valores e complexidade: um estudo das representações de professores e professoras da rede municipal de ensino de Campo Mourão**. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_03/070.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016

CERQUEIRA, D. R. C. et al. **Atlas da Violência 2018**. Nota Técnica Ipea. no 17, Rio de Janeiro: junho de 2018.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração** (2 ed.). Porto Alegre: Bookman, 2005.

COUTO, Leandra Lúcia Moraes. **Educação em valores morais no ensino fundamental: levantamento de experiências e intervenção com profissionais da educação**.

CUNHA, Eliseu de Olivera; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. **A escola e o adolescente em conflito com a lei**: desvelando as tramas de uma difícil relação.

Disponível em: Educação em Revista|Belo Horizonte|v.32|n.01|p. 235-259 |JaneiroMarço 2016

DELVAL, J. (2002). **Introdução à prática do método clínico: Descobrindo o pensamento das crianças** (F. Murad, Trad.). Porto Alegre: Artmed.

De PAULA, Liana. **Da “questão do menor” à garantia de direitos. Discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana**. Civitas - Revista de Ciências Sociais, vol. 15, núm. 1, enero-marzo, 2015, pp. 27-43.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil.

FERRAÇO, Carlos Eduardo (Org.). **Cotidiano escolar, formação de professores (as) e currículo**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005. 175 p. (Série cultura, memória e currículo ; v.6). ISBN 9788524911477.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GARCÍA, M. X. & Puig, J. M. (2010). **As sete competências básicas para educar em valores** (O. Curros, trad.). São Paulo: Summus.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. xvi, 184 p. ISBN 9788522458233

GOERGEN, Pedro. **Educação e valores no mundo contemporâneo**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 983-1011, Especial - Out. 2005. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a13.pdf>>. Acesso em 28 set 2016

GOERGEN, P. L. (2007). **Educação moral hoje: Cenários, perspectivas e perplexidades.** *Educação e Sociedade*, 28 (100 – especial), 737-762.

IKUMA, Daniel M; KODATO, Sérgio. **Privação de liberdade: representações sociais de atos infracionais por adolescentes em conflito com a lei.** Dissertação de Mestrado, 2007. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=155723>. Acesso em: 08 jul.2018

ILANUD, Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente. **Relatório sobre a delinquência juvenil na América Latina.** 2013

KOHLBERG, L. (1992). **Psicologia del desarrollo moral.** Spain: Desclée de Brouwer.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S.; FUMANGA, Mario; TOFFANO, Claudia Benevento; SIQUEIRA, Fabio. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. 147p. – (Coleção FVG Prática).

LA TAILLE, Yves de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2006. 189 p. ISBN 9788536306599.

LA TAILLE, Yves. (2009). **Formação ética: Do tédio ao respeito de si.** Porto Alegre: Artmed.

LA TAILLE, Yves, Justo, J. S., & Pedro-Silva, N. (2013). **A escola e os valores: A ação do professor.** In Y. La Taille, J. S. Justo, & N. Pedro-Silva. *Indisciplina, disciplina: Ética, moral e ação do professor* (5a ed., pp. 5-28). Porto Alegre:

Mediação.

LEPRE, R. M. **A indisciplina na escola e os estágios de desenvolvimento moral na teoria de Jean Piaget.** Marília; 2001. Dissertação (Mestrado) – Unesp/Marília.

LIMA, Laisa Dannielle Feitosa de. **O papel da escola no processo de ressocialização dos adolescentes autores de atos infracionais.** 2013.

LOURENÇO, Jaqueline, K. S. **Representações sociais dos professores em relação aos adolescentes em conflito com a Lei.** 2012. 10 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade de Brasília , 2012.– Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10701/1/2012_JaquelineKellydeSouza%20Lourengo.pdf . Acesso em: 07 jul.2018

MEHANNA, Adla. **Desenvolvimento de valores morais, éticos e científicos na educação.** Programa de desenvolvimento Educacional, Curitiba, 2005.

MENIN, Maria Suzana De Stefano. **Valores na escola.** Universidade do Estado de São Paulo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 91-100, jan./jun. 2002

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2012). **Resolução 466/12**, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília. Disponível em:

<<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>.

MUCHEMBLED, Robert. **História da violência: do fim da Idade Média aos nossos dias.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

NAZAR, Rosa Maria Gasparini. **A formação do professor, a prática reflexiva e o desenvolvimento de competências para ensinar.** UNICASTELO. Disponível em:

<<http://unicastelo.br/portal/a-formacao-do-professor-a-pratica-reflexiva-e-o-desenvolvimento-de-competencias-para-ensinar/>>. Acesso em 28 set 2016

NUCCI, L. (2000). **Psicologia moral e educação: Para além de crianças “boazinhas”.** Educação e Pesquisa, 26(2), 71-89. doi: 10.1590/S151797022000000200006

OLIVEIRA, Emanuelle. **Formação continuada de professores.** InfoEscola. Disponível em: <<<http://www.infoescola.com/educacao/formacao-continuada-deprofessores/>>>. Acesso em 28 set 2016

OLIVEIRA, Raissa Menezes de; SILVA, Enid Rocha Andrade da. **O Adolescente em conflito com a Lei e o debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários.** Brasília, Ipea. Nota Técnica nº 20. 2015.

PADOVANI, Andréa Sandoval; RISTUM, Marilena. **A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 4, p. 969-984, out./dez. 2013.

PEREIRA, Fernanda. **Por que tantos adolescentes estão se envolvendo na criminalidade?** Cruzeiro do Vale, 2011. Disponível em <<http://www.cruzeirodovale.com.br/geral/por-que-tantos-adolescentes-estao-seenvolvendo-na-criminalidade-/>>. Acesso em 14 de jul. 2018

PERRENOUD, Philippe et al. **As Competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação.** Porto Alegre: Artmed, 2002. vii, 176 p. (Biblioteca Artmed. Fundamentos da educação) ISBN 8536300213

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança.** 2. ed. São Paulo: Summus, 1994a.

(trabalho original publicado em 1932)

PIAGET, Jean. **Os procedimentos da educação moral.** In: MACEDO Lino de.

(Org.). Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 136. (trabalho original publicado em 1930)

PUIG, Josep Maria. **Aprender a viver.** In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.).

Educação e valores: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007. p. 65-106.

QUEIROZ, K. J. M., & LIMA, V. A. A. (2010). **Método Clínico Piagetiano nos estudos sobre Psicologia Moral: O uso de dilemas.** *Schème*, 3(5), 110-131.

Disponível em

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/view/1970/1622>>.

Acesso em: 10 mar 2017

SANTOS, Sintia Menezes. **Ressocialização através da educação.** 2005.

Disponível

em

<<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2231/Ressocializacaoatraves-da-educacao>>. Acesso em: 09 fev 2017

SANTOS, et al. **Redução da maioria penal é a solução que temos para hoje? Uma discussão sobre as medidas socioeducativas e o perfil do jovem infrator.**

2015. II CONEDU. Disponível em

<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_M D1_SA14_ID3846_08092015185250.pdf>. Acesso em 17 jul. 2018

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.**

Campinas: Autores Associados, 2008.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. (2000). **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Apresentação dos Temas Transversais: Ética (Vol. 8, 2. ed.). Rio de Janeiro, RJ: DP&A.

SILVA, Roberto da. **A eficácia sociopedagógica da pena de privação de liberdade.** *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, p. 33-48, jan/mar. 2015.

SILVA, Roberto da; MOREIRA, Fábio Aparecido. **Objetivos educacionais e objetivos da reabilitação penal: o diálogo possível.** In: Dossiê questões penitenciárias. *Revista Sociologia Jurídica*, n. 3. jul./dez. 2006

TEJADAS, Silvia da Silva. **As determinações da reincidência que emergem do sistema de atendimento ao adolescente autor de ato infracional**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2005.

TUGENDHAT, E. (1996). **Lições sobre ética** (Grupo de doutorandos do curso de pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016**. Homicídios por armas de fogo no Brasil. Disponível em:

<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 20 fev 2017.

ZANELLA, Maria Nilvane. **Bases teóricas da Socioeducação**: análise das práticas de intervenção e metodologias de atendimento do adolescente em situação de conflito com a lei. 2011. 209f. Dissertação (Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei) – Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, 2011.

ANEXO I⁶ (COUTO, 2016):

⁶ O instrumento utilizado é de autoria de COUTO (2016).

**RELATANDO UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM VALORES MORAIS NO
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO IDENTIFICAÇÃO:**

Nome: _____ RG: _____

E-mail: _____ Cidade: _____

Curso de graduação: _____ Tempo de formação: _____

Curso de pós-graduação: _____ Tempo de formação: _____

Escola(s) em que trabalha: _____

Função na escola: () Diretor; () Coordenador Pedagógico; () Professor;
() Outra: _____

Disciplinas que ministra: _____

Vínculo empregatício: () Efetivo () Designação temporária

Nível de ensino em que trabalha: () Ensino fundamental; () Ensino médio ()
Outro: _____

Ano(s) do ensino fundamental em que trabalha: 1º(), 2º(), 3º(), 4º(), 5º(),
6º(), 7º(), 8º(), 9º().

1. O que você entende por valores?
2. O que você entende por educação moral ou educação em valores morais?
- 3a. Quais foram os valores morais aprendidos por você na escola?
- 3b. De que forma tais valores morais foram aprendidos por você?
- 3c. Quais são os valores morais ensinados, por você, aos adolescentes internos? 3d. De que forma tais valores são ensinados por você aos alunos da UNIS?
- 4a. Em sua opinião, as escolas inseridas no contexto da UNIS devem trabalhar a educação em valores morais com seus alunos internos? SIM () NÃO ()

4b. Por quê?

5. Assinale se você já participou ou participa de alguma experiência de educação e, valores morais no ensino fundamental e médio?

SIM () Quantas?

NÃO ()

6. Se na resposta da questão 05 você assinalou NÃO, justifique o fato de não ter participado e depois passe para a PARTE 2 do presente questionário. Se na resposta da questão 05 você assinalou SIM, passe para a PARTE 1.

Justifique:

PARTE 1: Essa parte do questionário destina-se aos profissionais que já participaram de experiências de educação em valores morais.

7. Se você assinalou que já participou de experiências de educação em valores morais, preencha os dados a seguir (se já participou de mais de uma experiência, utilize um questionário para cada uma delas):

Nome da escola que ocorreu a experiência:

Endereço da escola:

Telefone da escola:

E-mail:

Sua função na escola durante a participação na experiência:

Ano de início e ano de finalização (se houver):

8. Quanto tempo a experiência durou (ou dura)?

() até 1 semana () 1 quinzena () 1 mês () de 1 a 3 meses ()

de 3 a 6 meses () de 6 a 12 meses () Outro. Especifique:

9. Quem foram os participantes?

- () Aluno; quantos? () Professor; quantos? () Diretor; quantos?
 () Coordenador pedagógico; quantos? () Funcionários; quantos?
 () Famílias dos alunos; quantos? () Moradores do entorno da escola; quantos?
 () Instituição externa à escola; Especifique: quantos?
 () Outros. Especifique: quantos?

10a. De alguma forma, quem motivou essa experiência?

- () Aluno; () Professor; () Diretor; () Coordenador pedagógico ()
 Funcionários; () Famílias dos alunos; () Moradores do entorno escolar;
 () Instituição externa à escola. Especifique:
 () Outros. Especifique:

10b. Relate de que forma a experiência foi motivada.

11. Qual foi a principal finalidade buscada nessa experiência? (Descreva os objetivos propostos).

12. Quantos temas ou assuntos foram trabalhados nessa experiência?

13. Assinale os recursos e meios utilizados na abordagem dos temas anteriormente mencionados.

- () Nenhum recurso utilizado; () música; () cartaz; () história; () desenho;
 () vídeo; () livro; () jornal; () revista; () mensagem; () teatro; ()
 pintura;
 () palestra; () debate; () Assembleia; () dilemas morais; () pesquisa;
 () estudo dirigido; () passeio; () aula expositiva; () aula dialogada;
 () conversa/diálogo; () redação/trabalho individual; () redação/trabalho em
 grupo;
 () dinâmica; () situações cotidianas; () convivência dentro da escola;
 () discurso no dia a dia do contexto escolar; () própria atitude; () parceria com
 outras disciplinas

() parceria entre todos os membros da comunidade escolar; () estabelecimento de regras;

() punição/castigo; () recompensa; () outros; Especifique.

14. Como os recursos e meios acima mencionados foram adotados na experiência? Dê exemplos de cada um deles.

15. Descreva o papel atribuído a todos os participantes da experiência durante a sua realização.

16a. Na sua opinião, houve ou não mudanças no ambiente escolar, em relação aos alunos, com a experiência de ensinar a educação em valores?

() SIM () NÃO

16b. Se a resposta anterior foi SIM, diga: quais mudanças?

17a. Esta experiência foi avaliada? () SIM () NÃO

17b. Se a resposta anterior foi SIM, diga por quem e como. Se a resposta foi NÃO, diga por quê.

18a. A escola na qual foi desenvolvida a experiência recebeu alguma formação para esse projeto? () SIM () NÃO

18b. Caso tenha respondido SIM, descreva qual a formação, quem ofereceu e qual foi o período de realização.

19. Mencione os pontos positivos e negativos da experiência que relatou.

20. Você faria alguma mudança no planejamento ou na condução do projeto?

() SIM () NÃO

21. Se você respondeu SIM à questão anterior, diga, em resumo, quais mudanças e justifique sua resposta.

MUITO OBRIGADA POR SUA PARTICIPAÇÃO! CASO TENHA PARTICIPADO DE OUTRA EXPERIÊNCIA, UTILIZE OUTRO QUESTIONÁRIO. A SEGUIR, CONTINUAÇÃO DA PESQUISA PARA QUEM NÃO PARTICIPOU DE EXPERIÊNCIA

PARTE 2: Essa parte do questionário destina-se aos profissionais que nunca participaram de experiências de educação em valores morais.

7a. Você considera que na sua escola a educação em valores morais é necessária?

() SIM () NÃO

7b. Por quê?

8. Se você respondeu SIM à questão anterior, responda a questão a seguir: imagine que, no futuro, você tenha a possibilidade de participar de uma experiência de educação em valores morais em sua escola. Descreva, em linhas gerais, como você considera que ela deveria ser desenvolvida, destacando: **a)** participantes; **b)** termo de duração; **c)** motivação; **d)** objetivos; **e)** temas abordados; **f)** recursos utilizados; **g)** forma de utilização dos recursos adotados; **h)** papel dos participantes envolvidos; **i)** existência ou não de avaliação da experiência.

As questões da PARTE 1, de 8 a 15 e 17, podem te ajudar a responder.

PARTE 3: Essa parte do questionário destina-se aos profissionais que participaram, ou não, de experiências de educação em valores morais.

1. Qual a importância da formação do professor em educação em valores para o interno?

2. Qual a importância da formação do professor em educação em valores para a segurança pública?

MUITO OBRIGADA PELA SUA PARTICIPAÇÃO!



UNIVERSIDADE
VILA VELHA

UNIVERSIDADE VILA VELHA
ES/UVV



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: APRENDER E ENSINAR VALORES MORAIS: RELATOS DE PROFESSORES DA
Pesquisador: PRISCILA BINDA **Área Temática:**

Versão: 2

CAAE: 76715417.5.0000.5064

Instituição Proponente: SOC EDUC DO ESP SANTO UNIDADE DE V VELHA ENSINO SUPERIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.300.866

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, exploratória e estudo de caso, que será realizada por meio de entrevistas com roteiro de questões semiestruturadas, aplicada de forma individualizada.

O presente trabalho tem como objetivo conhecer as experiências de professores da UNIS sobre educação em valores e os efeitos nas relações nos alunos em situação de cumprimento de medida socioeducativa. Para isso, esse estudo tomará como base o pressuposto de que a moralidade é desenvolvida e construída por meio dos processos de socialização dos indivíduos. Como instrumento de pesquisa, serão feitas entrevistas individuais, por meio de um roteiro de questões semiestruturadas, com os professores inseridos no contexto da UNIS de Cariacica/ES, usando, como base, o Método Clínico Piagetiano.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender quais são e como foram aprendidos os valores morais de professores que trabalham em uma escola inserida no contexto da UNIS e investigar quais e como esses valores são ensinados aos alunos em cumprimento de medidas socioeducativas, além de compreender qual é a concepção e moralidade que esses docentes possuem.

Endereço: Avenida Comissário José Dantas de Melo, 21
Bairro: BOA VISTA II **CEP:** 29.102-920
UF: ES **Município:** VILA VELHA
Telefone: (27)3421-2137 **Fax:** (27)3421-2137 **E-mail:** cep.uvv@gmail.com



Objetivos Secundários:

- Verificar qual o conceito que os docentes possuem acerca de valores morais;
- Compreender quais são os valores morais aprendidos pelos docentes durante suas vidas;
- Compreender quais são os valores morais ensinados por esses professores aos adolescentes internos à UNIS;
- Investigar de que forma os docentes aprenderam esses valores;
- Conhecer de que forma ensinam esses valores aos adolescentes internos à UNIS;
- Investigar a importância do ensino dos valores morais aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no que se refere à segurança pública.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O risco que os participantes podem vir a sofrer será apenas o constrangimento no momento de responderas perguntas. Caso ele ocorra, o participante será levado a um ambiente separado dos demais para que se sinta mais a vontade com a pesquisadora. Caso ainda permaneça qualquer desconforto durante a entrevista, o participante não precisará realizá-la.

Benefícios:

Ajudar a conhecer a realidade dos professores que trabalham inseridos numa escola no contexto da UNIS, e compreender quais são os valores morais por eles ensinados aos adolescentes internos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa está claramente apresentado em relação aos objetos, riscos e as estratégias para contorná-los, os benefícios, os procedimentos de coleta de dados e de análise dos dados obtidos. Também está adequadamente justificada a necessidade da pesquisa ser feita com seres humanos, bem como os cuidados éticos em relação ao sigilo e a confidencialidade das informações obtidas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Sem considerações

Endereço: Avenida Comissário José Dantas de Melo, 21
Bairro: BOA VISTA II **CEP:** 29.102-920
UF: ES **Município:** VILA VELHA
Telefone: (27)3421-2137 **Fax:** (27)3421-2137 **E-mail:** cep.uvv@gmail.com



Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado acata o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_992224.pdf	21/09/2017 16:08:15		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPlataformaBr.pdf	21/09/2017 16:07:54	PRISCILA BINDA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	21/09/2017 16:06:55	PRISCILA BINDA	Aceito
Outros	ANEXO1.pdf	16/09/2017 09:40:55	PRISCILA BINDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	16/09/2017 09:38:24	PRISCILA BINDA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	05/09/2017 15:33:28	PRISCILA BINDA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VILA VELHA, 27 de Setembro de 2017

Assinado por:
Zilma Maria Almeida Cruz
(Coordenador)

Endereço: Avenida Comissário José Dantas de Melo, 21
Bairro: BOA VISTA II **CEP:** 29.102-920
UF: ES **Município:** VILA VELHA
Telefone: (27)3421-2137 **Fax:** (27)3421-2137 **E-mail:** cep.uvv@gmail.com

Endereço: Avenida Comissário José Dantas de Melo, 21
Bairro: BOA VISTA II **CEP:** 29.102-920
UF: ES **Município:** VILA VELHA
Telefone: (27)3421-2137 **Fax:** (27)3421-2137 **E-mail:** cep.uvv@gmail.com

